

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Dárquila Andreola

**FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: MULHERES QUE SOFREM AS
REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Santa Maria, RS
2019

Dárquila Andreola

**FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: MULHERES QUE SOFREM AS
REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção de título de **Bacharela em
Serviço Social**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Caroline Goerck

Santa Maria, RS
2019

Dárquila Andreola

**FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: MULHERES QUE SOFREM AS
REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para a obtenção de título de
Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em 09 de dezembro de 2019:

Caroline Goerck, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Amanda Mello, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Gratidão às pessoas que foram e são essenciais para o meu desenvolvimento pessoal, as quais dedicaram a mim o mais sublime dos sentimentos, o amor. Sem este sentimento puro e simples, capaz de transformar uma vida, talvez eu não tivesse completado mais esta etapa. A elas, que são responsáveis por eu conseguir transformar em luz tudo aquilo que tinha força para ser sombra, e assim seguir meu caminho sempre adiante, meu sincero muito obrigada: Rosikley Palmas Andreola, Laury Andreola, Cibele Felin Nunes, Cristiane Posser, Rafael Cieslack, Bianca Fenner, Angel Araújo, Nica Muriel Andreola, Aurora Beatriz Andreola e Maria Joana, sempre alimentarei por vocês um eterno sentimento de gratidão, carinho e amor.

Muito obrigada também a todos àqueles que me acompanharam durante o período de estágio. À professora Dra. Caroline Goerck, Dr. Fabio Gaviraghi, não somente pela orientação na construção deste trabalho, mas também por terem sido inspiração na escolha da área profissional e por toda compreensão, carinho e atenção dedicados a mim não só na construção acadêmica, como também no crescimento pessoal. Ao meu supervisor de campo Ricardo Pereira, pela dedicação e amizade, e a toda equipe do CRAS Leste que foi minha segunda família nos momentos de maior necessidade; À Ana Claudia Storchi e à Amanda de Lemos Mello por grandes inspirações e conselhos durante todo o processo.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus colegas, com quem pude compartilhar anseios, ideias e aprendizado, seja em sala de aula ou com um copo de cerveja na mão e que de forma direta ou indireta se fizeram presentes nessa construção teórica e pessoal.

A todos vocês que tornaram este período muito mais agradável e fizeram com que eu me sentisse acolhida. De cada um levarei um ensinamento e, de todos, o mesmo sentimento, a amizade.

“Mas há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos”.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: MULHERES QUE SOFREM AS REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

AUTORA: Dárquila Andreola
ORIENTADORA: Caroline Goerck

Com a regressa onda neoliberal da retirada de direitos e retrocessos em conquistas já alcançadas, podemos observar o efeito direto e indireto nas mulheres periféricas em situação de vulnerabilidade social, que acabam vivenciando ainda mais as repressões da questão social em seu cotidiano. Nessa perspectiva, as atividades em grupo podem contribuir com o fortalecimento de vínculos sociais e de pertencimento ao território, bem como atender demandas e criar estratégias de geração de renda. O presente Trabalho de Conclusão de Curso é a reflexão e a sistematização teórico-prática dos estágios curriculares em Serviço Social realizadas no CRAS Leste, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Através dos estágios curriculares constatou-se a necessidade de uma instrumental propositivo que despertasse o interesse das participantes, bem como pudesse impactar positivamente na realidade vivenciada por cada uma. Dessa forma, foi elaborado um projeto de intervenção e, posteriormente, implementado durante o segundo estágio curricular em Serviço Social, com o objetivo de aumentar a autoestima e o empoderamento das mulheres da região através do desenvolvimento de atividades em grupo.

Palavras-chave: CRAS Leste. Mulheres. Serviço Social. Vínculos sociais.

ABSTRACT

FEMINIZATION OF POVERTY: WOMEN SUFFERING THE REFRACTIONS OF SOCIAL ISSUE

AUTHOR: Dárquila Andreola

ADVISOR: Caroline Goerck

As the neoliberal wave returns from the withdrawal of rights and setbacks in achievements already achieved, we can observe the direct and indirect effect on peripheral women in socially vulnerable situations, who end up experiencing even more the repressions of the social issue in their daily lives. From this perspective, group activities can contribute to the strengthening of social ties and belonging to the territory, as well as meeting demands and creating income generation strategies. The present Course Conclusion Paper is the reflection and the theoretical-practical systematization of the curricular internships in Social Work held at CRAS Leste, in the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul. proposal that aroused the interest of the participants, as well as could positively impact the reality experienced by each one. Thus, an intervention project was prepared and subsequently implemented during the second curricular internship in Social Work, with the aim of increasing self-esteem and empowerment of women in the region through the development of group activities.

Keywords: CRAS East. Women. Social Service. Social bonds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da implementação dos CRAS	22
Figura 2- Evolução da cobertura do BPC	22
Figura 3: Histórico do Orçamento 2012 a 2018 para o SUAS	24
Figura 4- Taxa de desocupação dos trabalhadores	36
Figura 5- Taxa de desocupação por cor ou raça	37
Figura 6 - Rendimento médio real por gênero	38
Figura 7 – Idade dos participantes	40
Figura 8 – Etnia	40
Figura 9 – Quantidade	41
Figura 10 - Área de abrangência do CRAS Leste	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	13
3 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA .	26
4 INCLUSÃO PRODUTIVA E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	33
5 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS LESTE	43
5.1 ESTÁGIO REALIZADO NO CRAS.....	47
5.2 SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO REALIZADO NO CRAS LESTE .	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A - PARTICIPANTES DO GRUPO “DE MULHER PARA MULHER” .	65

1 INTRODUÇÃO

Este estudo consiste no trabalho de conclusão de curso do Serviço Social bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. O projeto de TCC está vinculado com as vivências e percepções advindas do processo de formação profissional, por meio dos estágios curriculares I e II realizados no Centro de Referência em assistência social CRAS – Leste no município de Santa Maria -RS.

O estágio curricular obrigatório é uma das principais etapas do processo de formação do assistente social, em que a estudante tem a oportunidade de associar os conhecimentos apreendidos ao decorrer da graduação com a realidade vivenciada na prática da rotina da instituição. Nesse sentido cabe destacar o inciso 2º do artigo 1º da lei n. 11.788/2008, “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.”, além de garantir a inter-relação da tríade supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário, contemplando um processo de formação que busca dar respostas as demandas do fazer profissional aliado a constante reflexão dos desafios acerca da efetivação do nosso projeto ético-político nos campos de estágio.

O estágio curricular obrigatório foi realizado no CRAS Leste, onde através da análise das reflexões acerca da realidade social e das demandas trazidas pelos usuários, foi realizado um projeto de intervenção que tinha como público alvo as mulheres residentes na área de abrangência da instituição, beneficiadas com programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação continuada, tendo sempre em vista o comprometimento com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

No decorrer do desenvolvimento do projeto foi possível observar um alto índice de usuárias buscando a inserção no Cadastro Único (CadÚnico) para inscrição no Programa Bolsa Família, e no Benefício de Prestação Continuada, mais comumente conhecido por sua sigla, (BPC), vinculado a Política de Assistência Social, que consiste em uma transferência monetária mensal no valor de um salário mínimo a seus beneficiários. A transferência é seletiva e destinada a idosos com idade acima de sessenta e cinco anos ou pessoas com deficiências que as incapacitam para o

trabalho e para a vida independente e cuja renda é muito baixa. A existência da transferência, a definição do público a que se destina e o valor a ser transferido são previstos pela Constituição de 1988.

A sociedade como vemos hoje, construída e consolidada como resultado das formas de organização dos homens e mulheres, exclui parte da população ao acesso a bens e serviços. Juntamente com as relações sociais e o direito à cidadania, tornando assim necessário a intervenção do Estado, enquanto regulador social, para proporcionar a toda a população o acesso a bens e serviços, através das políticas sociais.

A efetivação das políticas públicas para garantia ao acesso à direitos são muitas vezes as únicas formas de inserção social e de acesso aos bens e serviços que a população em situação de vulnerabilidade consegue acessar, o que acaba gerando ampla discussão em torno da formulação das ações voltadas a população de direito e principalmente a população que se encontra em situação de risco social, gerando a reflexão da real efetividade dos programas de transferência para o enfrentamento da situação de desigualdade de renda e possibilidade de ascensão social.

A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo a população pela precária inserção no mercado de trabalho ou exclusão do mesmo. Não é resultante apenas da ausência de renda como também o difícil acesso aos serviços públicos e, especialmente, a insuficiência de poder social. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

Através das reflexões surgidas destas informações, da observação da realidade institucional do CRAS – Leste e do contato mais próximo com as mulheres residentes na Vila Maringá em Santa Maria – RS, proporcionou-se o reconhecimento de mulheres chefes de família – pessoas de referência com acesso somente a renda beneficiada pelos programas de transferência de renda como Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, por motivos de deficiência ou idade superior a sessenta e cinco anos, sendo estas parcial ou totalmente dependente dessas políticas públicas para manutenção das necessidades pessoais e familiares.

Este estudo também tem relevância profissional, visto que o assistente social é o profissional capacitado para o processo de análise da dimensão social, que deve ser apreendida e considerada no processo de análise que envolve a situação socioeconômica do/a requerente e as limitações de participação das pessoas com deficiência e idosas na sociedade. Destaca-se que a dimensão social se refere aos aspectos sociais presentes no processo de reconhecimento de direito e que necessitam ser compreendidos e analisados de forma qualificada e consistente por saber especializado.

O (a) assistente social, profissional que atua nas manifestações da questão social nas mais diversas situações, com respaldo na Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional. Tem importantes contribuições a realizar no reconhecimento deste direito constitucional de encaminhar benefícios.

Como reforça o Código de Ética do Assistente Social em seus princípios fundamentais: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. (BRASIL, 1993, p. 23).

A relevância pessoal do estudo está inserida na possibilidade de proporcionar acesso à direitos a uma população secularmente marginalizada e excluída de diversas formas do âmbito social. Através do acesso aos direitos constitucionais, poder trabalhar o empoderamento e a auto estima dessa população já tão desacreditada do seu próprio potencial de ascensão, e assim poder retribuir a sociedade todo investimento realizado durante a graduação e na construção do saber profissional.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Faz-se necessário discorrer sobre a trajetória da Assistência Social, isto é, como esta deixou de ser assistencialismo, filantropia para ser reconhecida enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Não sendo mais dependente de “esmola” dos mais ricos, mas como um modo de garantir proteção social para todos que dela necessitarem, sem contribuição prévia. Devido a inúmeras lutas populares a favor da efetivação dos direitos, em 1988 a Constituição brasileira definiu-se, fazendo com que o Brasil avançasse enquanto cidadania, deixando a ditadura civil militar para trás, e começasse a se fortalecer enquanto país democrático. Assim, a assistência social se tornou tanto um mecanismo do Estado para atenuar as refrações da questão social, administrando suas contradições de rebeldia x resistência, visando um sistema de consensos e legitimidade social, como também resultado da luta da classe trabalhadora em busca de respostas às necessidades sociais e a efetivação de direitos.

De acordo com o que nos ensina VERONEZE (2017), a ajuda é uma prática antiga na humanidade. Desde os tempos mais remotos, existem relatos dessa assistência aos desamparados e desvalidos de toda ordem. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu a necessidade de criar meios, instituições e políticas para atender a demanda gerada pela questão social. Assim, em meados do século XIX, na Inglaterra, surge a necessidade de uma nova proposta de reformulação das bases da assistência, visando à profissionalização de um “serviço” que tivesse embasamento teórico-metodológico para atender às expressões da questão social (p.345-359).

As primeiras Agentes Sociais, senhoras abnegadas que se especializaram em atender diversas necessidades, ofereciam uma assistência, principalmente, preocupada com a higienização da população, que geralmente, estava direcionada às famílias dos operários das grandes indústrias. Inicialmente, este trabalho era realizado por pessoas ligadas aos diversos credos religiosos e alimentadas pelo sentimento de “amor ao próximo”; realizavam, assim, ações que visavam minimizar a situação de penúria que muitas famílias estavam vivenciando.

Posteriormente, o Estado assumiu para si a função de “cuidar dos pobres”. Essa especialização foi o primeiro passo para o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão. No Brasil, a partir dos anos de 1936, chegaram as primeiras escolas para a formação de assistentes sociais. A prática profissional do Serviço Social brasileiro, em sua origem histórica, foi fundamentada, principalmente, na caridade, na benemerência, na solidariedade e na filantropia.

Em meados da década de 1940, o Estado assume para si a tarefa de atender, inicialmente, as famílias dos pracinhas, combatentes durante a Segunda Guerra Mundial, e cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA). No princípio, o trabalho desenvolvido por esta instância governamental estava direcionado ao atendimento materno-infantil e, posteriormente, acompanhou o desenvolvimento econômico-social do país, de modo a atender as demandas da população em condição de vulnerabilidade e risco social. (VERONEZE, 2017 p. 345-359) ressalta que a LBA era gerenciada pelas primeiras-damas de Estado, possuindo, de tal modo, um caráter paternalista, clientelista e assistencialista, o que gerou o denominado primeiro-damismo enquanto prática conservadora e tradicionalista.

Estas práticas, que tinham como significado a “ajuda aos pobres”, naturalizou a pobreza, as desigualdades sociais e as fragilidades da vida, conduzindo para um entendimento de que sempre haveria os mais frágeis, os doentes, os incapazes, aqueles que por algum motivo, foram “marcados” e “condenados” a viver desta forma, carecendo, assim, de ajuda daqueles “mais afortunados” ou “marcados pela sorte”. Em outras palavras, veiculava a ideia de que “[...] o homem é, naturalmente um ser dependente, pleno de necessidades e carecimentos” (SPOSATI, 2003, p. 40). Por outro lado, a questão social¹ era tratada como “caso de polícia”, implicando uma moralização das suas expressões.

Em meados dos anos de 1970 é criado o Ministério da Previdência Social e a assistência social vincula-se ao sistema de proteção social, mas ainda com forte expressão conservadora e tecnicista. Os vinte anos de regime militar significaram um retrocesso político que gerou um modelo econômico voltado para atender aos ditames

¹ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético políticas. Debate Cress Ceará, Fortaleza, v. 6, p. 27, 1997.

externos de acumulação do capital, caracterizado por um crescente monopólio da produção.

Nesse período, como reforça (MESTRINER, 2001, p.46):

A questão social é controlada pelo economicismo e pela coerção e violência, aumenta o conflito social, a organização dos trabalhadores é reprimida e as políticas sociais assumem o caráter de acumulação, combinando assistência e repressão. Cria-se um racionalismo técnico que oculta a situação de opressão e exploração social.

Ao longo dos anos 80, recuperaram-se as bases do Estado Federativo no Brasil. A democratização e a retomada de eleições diretas para todos os níveis de governo e a descentralização fiscal da Constituição de 1988 alteraram profundamente a natureza das relações de governo. A partir de então a autoridade política de governadores e prefeitos não deriva do governo central, mas do voto popular direto. No Brasil após 1988, a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais.

Para (ARRETCHE,1999, p. 111-141):

Diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em seu departamento. Nestas condições, a redefinição de competências e atribuições da gestão das políticas sociais foi realizado sob as bases institucionais de um Estado Federativo, o que significa dizer que o modo pelo qual os governos locais assumem funções de gestão de políticas públicas é inteiramente distinto daquele sob o qual elas foram assumidas no regime militar.

Como resultado do movimento de redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988, ultrapassa a perspectiva de seguro social e inaugura a concepção de seguridade social. Esta é entendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2002, art. 194). A inclusão da previdência, da saúde e da assistência como integrantes da Seguridade Social introduziu a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, antes restrita apenas aos beneficiários da Previdência Social.

Segundo (FLEURY, 2006) a incorporação da noção de seguridade no Brasil implicou em um redimensionamento significativo das políticas que a integram. A

assistência social, adquiriu o estatuto de política pública, entendida como área de intervenção do Estado, o que abriu possibilidades de rompimento com o legado assistencialista. E mesmo na Previdência Social, na qual se mantém a lógica contributiva para garantir sua sustentabilidade, verificou-se o afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema, legitimando programas de transferência de renda do porte da aposentadoria rural.

A Assistência Social só foi reconhecida enquanto política pública pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 em 1993, lei que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

LOAS - Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, (BRASIL, 1993).

É também a partir desse contexto que se implementou a Seguridade Social, composta por uma tríade: Assistência Social, Previdência Social e Saúde. “Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais.” (YASBECK, 1997, p.13). A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuísse com o sistema previdenciário ou não.

Entretanto, desde 1993, quando se instituiu a LOAS, “muito pouco se encaminhou em termos de regulamentação das regras de operação da descentralização da Assistência Social” (LIMA, 2003, p.31). Embora a LOAS propusesse que os municípios fossem os gestores dos convênios e executores das ações com recursos federais, na prática a estratégia de repasse dos recursos federais foi a sua transferência para os governos estaduais, que não tinham mais a competência de execução, e estes os repassariam para as prefeituras municipais e instituições sociais conveniadas.

De fato, o novo formato institucional previsto pela LOAS, organizado como sistema descentralizado e participativo da assistência social, implica a superação de um legado político de pouca organicidade, fragmentação institucional, ações pontuais, poucos recursos e baixa capacidade técnica. Entretanto, “o reordenamento

institucional da área se deu sob uma perspectiva de reforma que privilegiou as metas de cortes de gastos e redução do déficit público, gerando o arrefecimento da capacidade do Estado de prover os serviços, graças ao enxugamento da máquina estatal” (LIMA, 2003, p.26).

A implementação das políticas dentro do desenho de descentralização fiscal e política, com maior autonomia dos municípios para a execução das políticas, a emergência e institucionalização de novos atores, arenas e parcerias produziram novas formas de governança e de relações entre Estado e sociedade civil. Contudo, ao longo dos anos noventa, a prestação dos serviços assistenciais sofreria poucas mudanças em seu modo de operação. As entidades privadas sem fins lucrativos, financiadas por transferências governamentais e isenções fiscais, permanecem como principais provedoras dos serviços, atuando em um contexto de baixa regulação e coordenação estatal.

Em 1995, a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, com a participação de vários setores e organizações da sociedade, amplia a discussão de uma política de assistência social pautada em direitos. No entanto, o Estado continuava como financiador da filantropia, adiando a assimilação da assistência social como política pública inserida no âmbito da seguridade social. Ou seja, a institucionalização avançava no plano da descentralização política, mas não na oferta de serviços e benefícios como parte de um sistema, o que só ocorreu na década seguinte. A introdução dos programas de enfrentamento à pobreza também caracterizariam esse período; no entanto, não de forma integrada aos programas tradicionais da assistência social.

Os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram implementados no município de Campinas, no Estado de São Paulo, e no Distrito Federal, ambos em 1995. Em 1996, o Governo Federal lança o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, com o objetivo de retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce e combinando transferência de renda com a participação em uma jornada ampliada de estudos e atividades correlatas. Todos esses programas eram dirigidos a famílias em vulnerabilidade social e com crianças ou adolescentes. (SILVA, 2007).

No Brasil, a pressão internacional na criação dos programas de transferência condicionada de renda focalizados nos pobres foi menor do que no caso de outros países na América Latina, como os fundos de investimento social. O Programa Bolsa-

Escola federal, que antecedeu o Bolsa Família, se inspirou mais nas iniciativas locais já existentes do que no aconselhamento internacional e se baseou inicialmente em financiamento governamental, sendo os recursos internacionais aportados somente mais tarde. Na esfera dos direitos assistenciais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi o principal benefício implementado neste período. Garantido constitucionalmente, consiste em um salário mínimo mensal aos idosos com 65 anos ou mais, impossibilitados de prover sua manutenção, e aos portadores de deficiência incapacitados para a vida independente e o trabalho. Regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, sua implementação foi iniciada em 1996. (SILVA, 2007).

A construção de um sistema de proteção social abrangente foi uma das demandas centrais do processo de redemocratização brasileiro das décadas de oitenta e noventa. As limitações de cobertura e a baixa efetividade da existente eram as distorções apontadas na política social. As inovações na agenda do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), (1995-2002) para as políticas sociais procuraram responder às falhas da distribuição dos gastos sociais nos grupos mais pobres e vulneráveis. As iniciativas surgidas nesse contexto foram resultado do esforço em tornar mais precisa a população-alvo para a intervenção social e definir estratégias mais claras de acesso aos benefícios dos programas de proteção social. (COSTA, 2009).

O documento "Política Econômica e Reformas Estruturais" do Ministério da Fazenda, de abril de 2003, ao expressar o desconforto com a condição de alocação dos recursos federais, reafirma a profunda diversidade do sistema de proteção resultante do período de governo de FHC.

Segundo Costa (2009, p.922):

Apesar do montante de recursos alocados em programas sociais pelo governo central [...] sua eficácia, em diminuir a pobreza, foi ainda bastante reduzida. A pouca capacidade dos gastos sociais da União em reduzir a desigualdade de renda decorre do fato de que boa parte dos recursos é destinada aos não-pobres.

No ano de 2004, é criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que investiu na (re)construção da política de assistência social com base, sobretudo, na formulação de programas com modelo intersetorial. A criação do MDS confere um novo estatuto à política de assistência, com reforço da perspectiva de

profissionalização e especialização da área. Isso significa que, pela primeira vez na história da constituição da seguridade no país, há um movimento concreto para romper com o legado clientelista e assistencialista que marca esta área.

Ainda em 2004, o MDS tornou pública a versão final da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que garante a universalidade dos direitos sociais, bem como o acesso aos serviços socioassistenciais. Incluindo o Sistema Único de Assistência Social - SUAS², que veio a atuar de modo descentralizado e participativo, para que assim fossem criadas medidas para defender e assistir cidadãos com riscos sociais. (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013).

O SUAS é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Configura-se como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações. O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.

O Programa Fome Zero, criado em 2003 ocupou, no primeiro momento, o espaço da agenda política social do governo porque recuperava o movimento do Partido dos Trabalhadores e da sociedade civil de combate à fome. Nessa perspectiva, a ação do Estado na política social seria centralizada na regulação da distribuição e no combate aos problemas da fome. Os novos programas de transferência de renda foram definidos, naquele momento, como "políticas de assistência direta à população carente". Diante do exposto, YASBEK (2004 p.106,) reforça:

O Programa Fome Zero propunha: o equacionamento da questão por meio da ampliação da demanda de alimentos, do barateamento do preço dos alimentos e de programas emergenciais para atender à população excluída do mercado, reconhecendo que é preciso alterar o modelo econômico (crescimento com distribuição de renda).

² O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Embora apresentasse uma estratégia de intervenção ampla e difusa, a agenda do Programa Fome Zero foi a principal marca da ação social do governo Lula no primeiro ano de mandato. Assumiu grande relevância na estrutura organizacional do governo federal na criação, em 2003, do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ligado diretamente à Presidência da República. A iniciativa de transferência de renda aparecia como uma das "políticas estruturais" executada por meio do Programa Bolsa-Escola e renda mínima. (COSTA, 2009).

Além de um novo benefício de transferência de renda - Cartão Alimentação - que deveria ser usado exclusivamente para a compra de alimentos, previa-se a articulação de um grande número de programas e ações intersetoriais, como educação alimentar, agricultura familiar, distribuição de alimentos, banco de alimentos, hortas e cozinhas comunitárias, alimentação escolar. Porém a dificuldade de articular um número significativo de instituições e estabelecer parcerias entre níveis de governo e organizações da sociedade mostrou os limites dessa estratégia para alcançar os objetivos propostos.

A unificação dos programas federais de transferência de renda no Bolsa Família foi um dos primeiros passos para a racionalização da gestão dos programas contra a fome e a pobreza, o que viabilizou sua expansão nacional. A formação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, criou as condições organizacionais para a integração ou articulação entre os diferentes programas assistenciais.

Com isso, passaram a uma gestão federal unificada as tradicionais ações da assistência social, os programas de transferência de renda com condicionalidades e uma parte de ações de segurança alimentar que se encontravam dispersas e fragmentadas em diferentes órgãos. A integração institucional induziu a articulação entre estas três áreas, tanto do ponto de vista discursivo quanto nas propostas de ações de gestão e implementação, ainda que cada área tenha se mantido como uma Secretaria específica no interior do MDS, conformando segmentos técnicos e políticos com culturas, projetos e trajetórias diferenciadas. (VAITSMAN, ANDRADE, FARIAS, 2009).

Em julho de 2006, o Programa Bolsa Família alcançou a meta de 100% das famílias abaixo da linha de pobreza estabelecida para elegibilidade ao programa, chegando a uma cobertura de 11,1 milhões de famílias. Várias condições contribuíram para a viabilidade política dos programas de transferência condicionada de renda,

introduzidos a partir de diferentes setores sociais, e alcançando todos os 5.564 municípios após sua unificação.

A oposição entre focalização e universalismo tendo sido superada pelas evidências da inclusão dos mais pobres em um sistema de proteção, as ideias de alívio imediato da pobreza por meio de transferência direta de renda e ruptura da pobreza entre gerações por meio das condicionalidades em saúde e educação mostraram-se atraentes para um largo espectro ideológico e profissional, de economistas a assistentes sociais, passando por profissionais de saúde e educação. Nesse sentido, o pragmatismo venceu as resistências ideológicas. A cobertura nacional do Programa Bolsa Família, junto com a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são os elementos que definirão as feições da assistência social no país no final dos anos 2000. (VAITSMAN, ANDRADE, FARIAS, 2009).

A partir de 2006, os recursos federais destinados ao financiamento das ações de assistência social refletem essa perspectiva. Em 2007, os recursos transferidos aos municípios para cofinanciamento da oferta de serviços já haviam aumentado 36% em relação a 2000. Este incremento dirigiu-se sobretudo à implantação e custeio continuado das novas unidades públicas municipais de serviços instituídas pelo SUAS, especialmente os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades de atendimento sócioassistencial que constituem a porta de entrada do sistema.

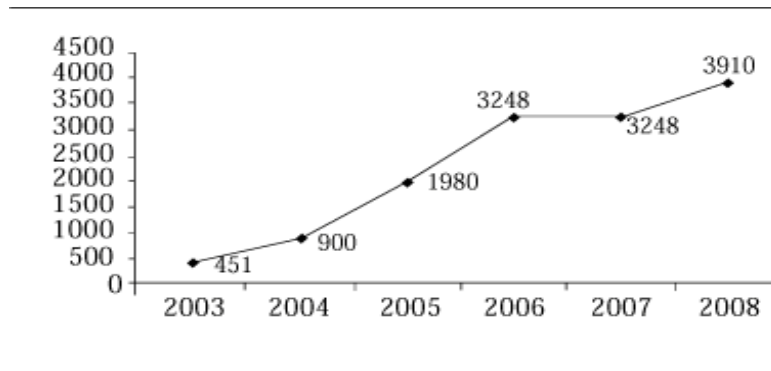
Em 2009 foi criada a resolução nº 109, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde fica denominado os tipos de serviços, objetivos e provisões essenciais para o desenvolvimento dos serviços, além da avaliação de seus impactos. A unidade executora das ações de Proteção Social Básica é o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e a unidade executora das ações de Proteção Social Especial é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Especial tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários.

No período 2003 e 2008, foram implantados 3.910 CRAS com financiamento continuado do governo federal. A expansão destas unidades ganhou impulso a partir

de 2005, como mostra a Figura 1. Esses CRAS estão distribuídos em 3.187 municípios, o que correspondiam a 57% dos municípios brasileiros. Além deste número de unidades cofinanciadas pelo MDS, há ainda, aproximadamente, outros 1.200 CRAS financiados exclusivamente com recursos municipais e estaduais, totalizando 5.110 CRAS.

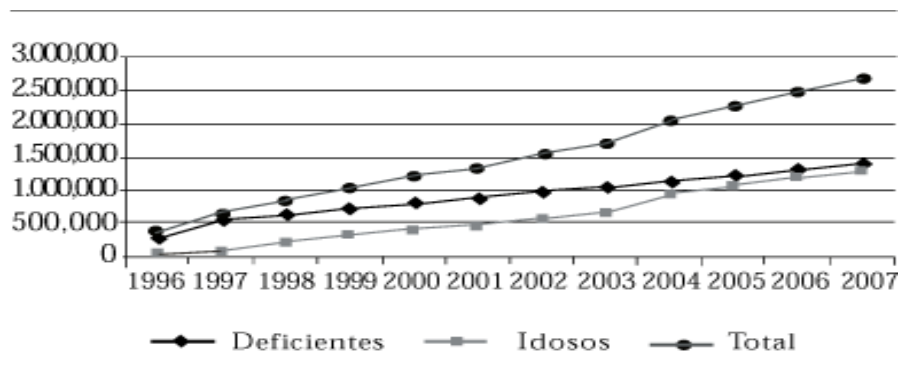
Figura 1 – Evolução da implementação dos CRAS.



Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Na proteção básica, a implementação do BPC, que iniciou em 1996 com cerca de 346.000 beneficiários, expandiu sua cobertura para um total de 2,68 milhões de beneficiários em 2007, como mostra a Figura 2. Em termos orçamentários, chegou a R\$11,55 bilhões executados em 2007, sendo R\$5,99 bilhões em pagamentos para deficientes físicos e R\$5,56 bilhões para idosos.

Figura 2- Evolução da cobertura do BPC



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Os efeitos redistributivos mais evidentes são associados aos programas de transferência de renda. Embora seja difícil determinar com segurança os impactos desses programas sobre a pobreza e as várias formas de desigualdades, vários estudos têm apontado correlações positivas em relação às desigualdades sociais e de renda. O fato é que, a partir dos anos 2000, o cenário da desigualdade de renda começa a mudar. O grau de desigualdade de renda declinou de forma contínua, uma queda atribuída em 50% à evolução da renda não derivada do trabalho, entre as quais os programas de transferência de renda (VAITSMAN, FARIAS, ANDRADE, 2009).

Nesse sentido, um Estado Democrático de Direitos só é possível de se consolidar com a garantia de seus serviços básicos, principalmente os direcionados à população em situação de vulnerabilidade social, e para isso, é fundamental garantir orçamento para atendimento das demandas sociais.

No decorrer dos anos, o orçamento da assistência social contava com, ao menos, 2 bilhões para manutenção dos serviços básicos. Todavia, a partir do ano de 2015, os cortes foram drásticos, comprometendo diretamente o atendimento à população (CNM, 2018). De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), é possível identificar que o governo federal reduziu em mais de 364 milhões os recursos para cofinanciar os principais serviços do Suas nos 5.570 Municípios brasileiros, uma queda que consequentemente gerou uma perda de mais de 16% de recursos para manutenção e continuidade dos serviços, do ano de 2016 para 2017 (CNM, 2018).

A execução orçamentária pela União compromete seriamente a garantia de direitos dos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. O governo federal vem, ano a ano, diminuindo o orçamento para a política de assistência social. As mais de 7.457 unidades de CRAS, cofinanciadas, existentes no país possuem uma proposta de previsão orçamentária para o ano de 2018 de apenas 800 mil reais, uma perda de recursos de 99,94% em relação ao ano de 2017. Os CREAS terão apenas 500 mil reais, um corte de 99,87%. A proteção social especial de alta complexidade também contará com ínfimos 500 mil reais. Um corte de 99,76% em relação a 2017 (CNM, 2018).

Figura 3: Histórico do Orçamento 2012 a 2018 para o Suas

Programa: 2037- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	LOA 2018- aprovada
	Serviços	Serviços	Serviços	Serviços	Serviços	Serviços	Serviços
Proteção Social Básica	1.135.000.000	1.299.642.195	1.522.556.783	1.514.033.008	1.499.082.593	1.308.552.816	1.211.465.055
Proteção Social Especial de Média Complexidade	510.000.000	505.208.820	499.323.272	510.061.097	488.842.102	380.022.448	299.500.445
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	150.000.000	214.605.216	232.078.591	310.507.047	278.625.423	213.357.047	189.845.000
TOTAL	1.795.000.000	2.019.456.231	2.253.958.646	2.334.601.152	2.266.550.118	1.901.932.311	1.700.810.500

Fonte: Siasf. Elaboração própria. Dados atualizados até dezembro de 2017

Sede: St. de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 Módulo N | Brasília/DF | CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000
Escritório: Rua Marcílio Dias nº 574 – Bairro Menino de Deus | Porto Alegre/RS | CEP 90130-000 • Telefone: (51) 3232-3330

De acordo com os dados da Tabela 2, é possível identificar que os valores orçados para garantir a manutenção dos serviços socioassistenciais do Suas vêm sofrendo cortes, com destaque para 2012; todavia, há uma tentativa de reequilibrar os repasses em 2013, 2014 e 2015, mas, a partir de 2016, os cortes superam essa tentativa de ajuste. Sendo o ano de 2017 o pior em perspectiva financeira para a manutenção dos serviços socioassistenciais do Suas, com o maior corte. Já em relação a previsão orçamentária aprovada para o exercício de 2018, apresenta-se financeiramente, mais preocupante e inapropriada que a de 2017.

O dinamismo da transferência de renda tem, por um lado, produzido importantes impactos de natureza distributiva ao reduzir a desigualdade de renda no país. Por outro lado, as áreas de educação e saneamento indicam que a sociedade brasileira ainda mantém um elevado déficit social em áreas básicas. A condição de mediocridade no desempenho das políticas sociais brasileiras nestas áreas é explicável pela ausência do papel indutor do governo central de políticas ativas de ampliação de cobertura (no saneamento) e orientação para a eficiência e qualidade (educação e saúde).

Nesta situação, a restrição macroeconômica e as escolhas estratégicas de governo no campo da proteção têm afetado a qualidade de vida dos brasileiros nas áreas de saúde, educação e saneamento, embora ganhos redistributivos tenham sido observados pelo efeito do programa de transferência de renda em larga escala. Apesar dos avanços obtidos, algumas críticas pertinentes foram feitas ao modelo social desenvolvimentista implantado em muitos países da América Latina e Caribe.

POCHMANN (2004), por exemplo, ao analisar o fenômeno da mobilidade social ocorrida na base da pirâmide social brasileira dos anos 2000, rejeita a ideia de que

teria havido uma mudança rumo à constituição de uma sociedade de classe média, em função das características das ocupações geradas no período – de baixa qualificação e baixos rendimentos, com condições de trabalho precárias e grande instabilidade profissional. LAVINAS (2016), por sua vez, destaca que as mudanças observadas foram acompanhadas de um processo de “financeirização das políticas sociais”, com deterioração da oferta de serviços públicos e incentivo à mercantilização do acesso, caracterizado pela incorporação de novos grupos sociais ao mercado de consumo de massas diante ao acesso destes grupos aos produtos oferecidos pelo sistema financeiro (crédito direto ao consumidor, planos de saúde, financiamento estudantil etc.) em detrimento de políticas públicas para a proteção contra riscos e incertezas.

O atual contexto econômico e político da América Latina parece mesmo colocar em xeque diagnósticos otimistas. Projeções indicam um cenário de recessão econômica em diversos países da região (Brasil, Argentina, México e Venezuela) e redução do crescimento em muitos outros (Colômbia e Chile), com impactos negativos sobre o mercado de trabalho (aumento das taxas de desemprego, deterioração da qualidade dos postos de trabalho, estagnação dos salários e da formalidade) e a capacidade fiscal do Estado (OECD, 2017).

Ao mesmo tempo, a ascensão de governos ideologicamente mais alinhados com o discurso neoliberal em diversos países da região sugere a possibilidade de um novo recuo do Estado na área social e a adoção de um “modelo social liberal privado” (MONTALI, 2017), comprometendo a continuidade das políticas e programas implantados no período recente.

3 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA

A história da assistência social relaciona-se intimamente com a questão social, entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais e das resistências às mesmas, produto das relações de capital, em um jogo contraditório de conservação e superação.

Conforme reforça Iamamoto (2010, p.27) é o:

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, onde a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

A realidade atual é fruto de uma onda de globalização na qual o aumento da concentração de renda intensifica-se, ao mesmo tempo em que se expande a instabilidade no mercado financeiro. Além da pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, novas formas de exclusão social ganham destaque em um cenário marcado pelo desemprego e pela informalidade no mercado de trabalho. A precariedade da inserção no mundo produtivo passa a ser mais uma mazela criada no seio do sistema capitalista. Velhas formas de exclusão social intensificam-se, em função dessas transformações (POCHMANN, 2004).

A definição na Constituição Federal de 1988 de que, dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho” (Art. 203, inciso III), posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), abriu caminho para que inúmeras iniciativas, co-financiadas com recursos dos fundos da assistência social, surgissem nos estados e municípios, contudo, sem problematizar tal objetivo no contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho (SOUZA, 2013).

No cenário de aumento do desemprego estrutural, agravado pelos processos de reestruturação da produção e das investidas neoliberais, que exigem do Estado a redução de seu papel de mediador dos conflitos sociais, a atenção aos excluídos do mercado, é associada ao campo da assistência social. Os reflexos dessa crise no mundo do trabalho têm aprofundado aspectos inerentes ao capitalismo, como a

desigualdade e a desproteção de significativas faixas de trabalhadores. Neste sentido, crescem o desemprego e a proteção ao capital e decrescem os níveis de renda dos trabalhadores e a estrutura da seguridade.

Na complexa correlação de forças que desenhou a estrutura da seguridade social no Brasil, para os que lutavam pela inserção da assistência social no campo dos direitos, trazer para o escopo desta política tamanho desafio, ou seja, promover a integração ao mercado de trabalho poderia ser a “garantia” que os excluídos deste mercado teriam alguma proteção estatal com esta finalidade.

Para se compreender o que é inclusão desta população através de ações de inserção produtiva na esfera da assistência social, precisamos, antes de tudo, entender as transformações societárias, os modos de produção e as relações sociais nela existentes e como estas relações levam à exclusão social. Então, para que possamos pensar em inclusão, é necessário falar em exclusão, pois a inserção no mercado de trabalho, ou promoção ao mercado de trabalho pelo viés da Assistência social, do público que ela deve alcançar, trata-se de um limite contraditório de exclusão e inclusão, marcado por um contexto que, conforme Martins, se apresenta como:

Uma sociedade cujo núcleo é acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O “excluído” é, na melhor das 53 hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua re-elaboração das identidades (MARTINS, 2008, p. 46).

Um sistema de proteção social apresenta-se como uma complexa rede de distribuição e redistribuição de renda que aplica significativas parcelas do Produto Interno Bruto (PIB) em ações e programas sociais. A política social busca a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais, bem como a garantia ao indivíduo de segurança em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade como, por exemplo, a incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores independentes da sua vontade individual como o ciclo de vida do ser humano, o desemprego e infortúnios (CASTRO, 2010).

Além da expansão e consolidação das políticas públicas que visam à proteção social frente aos riscos e vulnerabilidades sociais, na linha da seguridade social,

também se inclui ações que buscam a promoção social, agindo sob o princípio da equidade, de modo a possibilitar a nivelção de oportunidades e resultados.

A promoção social se desenvolve mediante dois tipos de ação política: por um lado, a promoção do desenvolvimento de capacidades e, por outro, a promoção do exercício destas capacidades. Tal diferenciação não ignora que o desenvolvimento de capacidades somente se realiza plenamente com o seu exercício, nem ignora também que o exercício de uma determinada atividade somente é pleno se ocorre a partir do desenvolvimento das potencialidades da pessoa. Pelo contrário, ela expõe os dois aspectos de um único processo, enfatizando seu vínculo intrínseco, sua dependência mútua (CASTRO, 2010, p. 318).

A inclusão produtiva urbana articula ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária. Reúne iniciativas de apoio a microempreendedores e a cooperativas de economia solidária, bem como de oferta de qualificação profissional e Intermediação de Mão de Obra que visam à colocação dos beneficiários em postos de emprego com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada (BRASIL, 2019).

Essas políticas e programas de inclusão, podem estar direcionados para o estímulo de processos de desenvolvimento regional ou local, com uma atenção particular sendo dada à inclusão de trabalhadores integrantes de famílias em situação especial. Podem também, de forma mais direta, voltar-se para o apoio de iniciativas produtivas especificamente concebidas para este tipo de público.

Para que a inclusão produtiva ocorra com sucesso, é necessário que oportunidades produtivas de boa qualidade existam e estejam disponíveis (ou seja, que existam portas de saída). Essas oportunidades, no entanto, não precisam necessariamente ser novas. O sucesso da inclusão produtiva não é determinado exclusivamente pelo surgimento ou criação de novas oportunidades, mas pela qualidade das oportunidades disponíveis, sejam elas novas ou já existentes (BARROS, 2011). Não basta ampla disponibilidade de oportunidades de boa qualidade. Para uma inclusão produtiva bem-sucedida também é necessário garantir a população em vulnerabilidade social o efetivo acesso a essas oportunidades.

A geração de novas oportunidades produtivas de qualidade e a melhoria daquelas já existentes não devem ser vistas como ações exclusivas do setor privado. As políticas públicas também podem e devem contribuir. Embora essa contribuição

possa ocorrer em todas as comunidades, ela deveria ser preferencialmente direcionada às comunidades em que oportunidades produtivas de qualidade são mais escassas. Nessas comunidades é recomendável que o setor público promova, na medida do possível em parceria com o setor privado, a dinamização da economia local, incentivando a criação de estratégias inclusivas, como a economia solidária (BARROS, 2011).

As formas colaborativas de trabalho podem fortalecer a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, seja por meio de associativismo e cooperativismo, seja mediante adoção pontual de estratégias de atuação coletiva (compras coletivas de insumos, comercialização coletiva dos produtos) (BRASIL, 2019).

Segundo o conceito PAUL SINGER (2000, p. 04):

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.

Para RAQUEL UCHÔA et al. (2012), no final do século XX, com o processo de globalização e reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho, excluíram-se ainda mais os trabalhadores e trabalhadoras da esfera produtiva econômica; impulsionados a encontrar alternativas de geração de renda e trabalho, seja individualmente, ou coletivamente através de base popular e comunitária compreendendo processos de ressignificações e busca de princípios e práticas que compõe os movimentos sociais, como o cotidiano de trabalho de homens e mulheres, e contra a opressão do capital, surgem as primeiras iniciativas de economia solidária.

Segundo PAUL SINGER (2000), a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido.

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (SINGER, 2000).

Convém recordar que um dos princípios basilares do cooperativismo (e da economia solidária) é que, a qualquer momento, novos trabalhadores tenham o direito de se associar a empreendimentos solidários e que associados a tais empreendimentos tenham o direito de deixá-los, levando consigo sua parte do capital dos mesmos. A autogestão só é válida enquanto os trabalhadores participarem dela por sua própria vontade (GADOTTI, 2009).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)³, vinculada ao Ministério do Trabalho, aponta alguns princípios importantes da Economia Solidária: 1- cooperação: que visa compartilhar trabalho, resultados, capacidades, unir forças e evitar a competição; 2- autogestão: que se refere à gestão do empreendimento, ou seja, as decisões são tomadas pelos próprios participantes de forma democrática; 3- ação econômica; que tem como perspectivas iniciativas de produção, comercialização, trocas, consumo, crédito, prestação de serviços, sem ignorar os princípios anteriores; 4- Solidariedade: este princípio parte de uma preocupação com os/as participantes do empreendimento solidário, com a sociedade, com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável.⁴

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de

³A SENAES encontrava-se vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego através da publicação da Lei nº.10.683, de 28 de maio de 2003. Posteriormente ela foi instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. A atuação da SENAES tinha por objetivo a viabilização e coordenação de atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. (BRASIL, 2013).

⁴A partir do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, decorrente do impeachment de 2016, iniciou-se um processo de desconstituição da estrutura organizacional e de gestão da SENAES, culminando no afastamento do Paul Singer, titular da gestão da SENAES. Em 4 de novembro de 2016, a SENAES, enquanto secretaria nacional, foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho.

melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (GADOTTI, 2009).

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito de inclusão. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica, como reforça ARROYO (2006, p. 53):

O projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais.

O recorrente debate sobre o papel econômico da família e a divisão sexual do trabalho como matriz de organização do trabalho nos faz refletir sobre as experiências alternativas de geração de renda, que surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática. Além disso, a economia pode se fortalecer com a crítica feminista à economia capitalista que se apropria das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento (NOBRE, 2003).

A acumulação flexível, enquanto modelo capitalista, intensifica a precarização do trabalho, a separação entre capital e trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, a desterritorialização da produção, provoca a desorganização da classe trabalhadora, retira direitos trabalhistas conquistados a duras penas durante anos de luta, ativa a discriminação de gênero e étnica no trabalho e nas relações, aumenta o processo de alienação e o individualismo exacerbado (OLIVEIRA, 2004).

Pensar em termos de relações sociais nos leva ao questionamento do conceito de trabalho ampliando-o ao trabalho doméstico, ao trabalho não remunerado, ao trabalho informal. Esta ampliação nos remete a repensar as noções de pleno emprego, qualificação, e mesmo de trabalho emancipado, pois não há trabalho

emancipado para as mulheres sem a divisão das tarefas domésticas entre todos os que convivem em um mesmo espaço (NOBRE, 2003).

Dado o fenômeno da feminização da pobreza, as iniciativas solidárias trazem à tona o debate acerca das relações de gênero e trabalho, tema presente na sociologia, a partir das inúmeras análises e denúncias das discrepâncias no acesso e nas condições de trabalho para homens e mulheres. As experiências solidárias têm demonstrado um “terreno privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres” (NOBRE, 2003, p. 211).

É importante considerarmos que uma parte significativa entre as trabalhadoras da Economia Solidária, é formada por mulheres que encontram nas experiências alternativas de geração de renda “uma possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática” (NOBRE, 2003, p. 211).

A Economia Solidária incorpora em sua proposta muitos elementos da luta feminista, principalmente no que tange ao combate à discriminação de gênero, a reivindicação da equidade e da democracia. A vivência dessa proposta requer a desconstrução do instituído e é justamente esse o desafio que caracteriza a Economia Solidária como um movimento de resistência.

4 INCLUSÃO PRODUTIVA E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A igualdade de gênero é uma pauta histórica dentre as reivindicações sociais e populares em todo o mundo. Desde o século XVIII as mulheres se mobilizam por direitos civis, políticos e sociais, incluindo reivindicações como direito ao voto, ao divórcio, a educação, a igualdade salarial, condições adequadas de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos e participação em espaços de poder.

Alguns marcos podem ser citados como exemplo da mobilização das mulheres por direitos, sendo um deles a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de 1791, apresentada à Assembleia Nacional da França durante a Revolução Francesa por Marie Gouze (ou Olympe de Gouges, nome que adotou à época). Já em 1848 ocorreu a Primeira Convenção dos Direitos da Mulheres, durante a chamada primeira onda do movimento feminista. Conhecida também como Convenção de Seneca Falls (nome da cidade de Nova York onde ocorreu o evento), foi o primeiro encontro sobre os direitos das mulheres nos Estados Unidos e é por muitos apontado como nascimento oficial do movimento feminista (TAVASSI, 2019).

Outro conhecido marco na luta das mulheres por direitos é o Movimento Sufragista. No século XIX levou mulheres na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, a saírem às ruas e lutarem por direito à participação política, como eleitoras e candidatas.

Para garantir igualdade de gênero é necessário um esforço contínuo de toda a sociedade no sentido de erradicar todas as formas de discriminação e violências baseadas em gênero. Isso é assegurado na prática por meio da garantia dos direitos das mulheres em diferentes esferas: participação política, saúde, mercado de trabalho, integridade moral e física, família, acesso à terra e à propriedade.

Como nos lembra RAGO (2001), a política adotada pelo governo brasileiro era atrair milhares de migrantes europeus, tanto para trabalhar nas lavouras, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades substituindo por sua vez, a mão de obra escrava. Frente a isso, as mulheres brasileiras pobres, especialmente negras, continuaram, após a abolição, a ocupar postos de trabalho desqualificados, recebendo baixíssimos salários e péssimo tratamento. Registros documentais do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil, contatam um grande número dessas mulheres como

empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas.

Nas fábricas, essas trabalhadoras contribuíram para a descrição de um perfil de “força de trabalho ideal” e de pouco custo para a produção: jovens, sem responsabilidades familiares (solteiras e sem filhos) e com baixa escolaridade em sua grande maioria, mas que, em contrapartida, não apresentavam no trabalho qualquer anseio reivindicatório, “exprimindo contentamento” com sua condição de operária (NOGUEIRA, 2004).

Logo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil nesse período não significou a conquista de espaço entre homens neste cenário. Pelo contrário, as mulheres eram vistas como uma “reserva de mão de obra” necessária à acumulação do capital, o que confirmava a vulnerabilidade de sua mão de obra, articulada ao mercado de trabalho durante os períodos de expansão econômica e expulsas nos momentos de crise (HIRATA, 2002).

Para manter o regime de “acumulação”, o capital precisou formular uma nova estratégia de sustentação e foi nesse contexto, início dos anos 1990 intensificou-se, outro processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. Esse processo principiou-se no modelo japonês das fábricas da Toyota (Toyotismo) e passou a ser conhecido como modelo de flexibilização da produção (VASCONCELOS, 2010).

Surge então, um modelo caracterizado principalmente, pela flexibilização das relações de trabalho, sobretudo a compra da força de trabalho mediante contratos trabalhistas destituídos de direitos, passando esses a serem responsabilizados pela crise do capital (FERREIRA, 2004). Ao contrário do modelo fordista, que concentrava milhares de trabalhadores e trabalhadoras em grandes fábricas e se organizava em uma linha de produção, a flexibilização da produção fragmenta as formas e extingue os postos de trabalho.

Nesse novo panorama, passa a ser exigido outro perfil de mão de obra, agora polivalente e multiespecializada, com capacidade para desenvolver várias tarefas de forma criativa, o que acarretou em maiores níveis de exploração da classe trabalhadora. A mulher passa a ser o principal alvo, em consequência da associação dessas exigências a qualidades consideradas inatas do universo feminino, tais como, presteza, polivalência e a sua prática cotidiana de adaptação em muitas tarefas, chegando, às vezes, a tripla jornada de trabalho (VASCONCELOS, 2010).

Neste período, o perfil das mulheres no mercado de trabalho passa a ser de mulheres mais velhas, casadas e mães. Isso se deve a fatores como: a permanência das mulheres no mercado de trabalho em idade reprodutiva; a crescente fragilidade de proteção social de trabalhadoras(es), colaborando para reduções salariais, o que culminou na necessidade de complementar o orçamento familiar e as fortes recessões econômicas de mecanismos internacionais provocaram o endividamento do Estado e altos índices de inflação (VASCONCELOS, 2010, p.1).

Contudo, as mulheres enfrentaram inúmeros obstáculos para participarem do mundo “público do trabalho”, em um espaço o qual era tido como naturalmente masculino independente da classe social a que pertencessem, uma vez que os valores adquiridos no espaço privado, ou seja, na família, servem para reforçar as barreiras, que vão desde variação salarial a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual (RAGO, 2001).

Como reforça Pearce (1978, p. 32):

“Enquanto as mulheres bem como seus empregadores vejam seu trabalho como temporário/secundário, enquanto suas casas e suas famílias sejam seu compromisso principal, elas terão menor probabilidade de se engajar em atividades que representem gastos [com pagamento de benefícios ou treinamento] para seu empregador...” Portanto, na perspectiva do empregador, a responsabilidade com o cuidado dos filhos, que muitas vezes as leva a abandonar temporariamente a força de trabalho, pode ser interpretada como menor compromisso com o trabalho e a carreira.

Neste sentido, é possível perceber que a identidade de gênero construída ao longo da vida de cada indivíduo e, sobretudo na família, em base de uma relação social permeada pelo afeto e autoridade tem influência direta nas relações de trabalho e na vida cotidiana. As primeiras diferenciações de papéis sociais entre homens e mulheres refletem-se no mercado de trabalho que se apropria da apreensão dessas características, para definir funções de homens e mulheres nesse espaço (VASCONCELOS, 2010).

Neste cenário as mulheres passam a ter um papel estratégico aos olhos do Estado, que se apropria das relações de gênero, já que responsabiliza as mulheres pelo papel de assistência que lhe caberia. Essa responsabilidade e cuidado passa ser tarefa da mulher, tendo em vista que este tipo de trabalho se concentra na esfera reprodutiva, que significa o processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos visto como parte ‘natural’ integrante do cotidiano da vida das mulheres (ÁVILA, 2004).

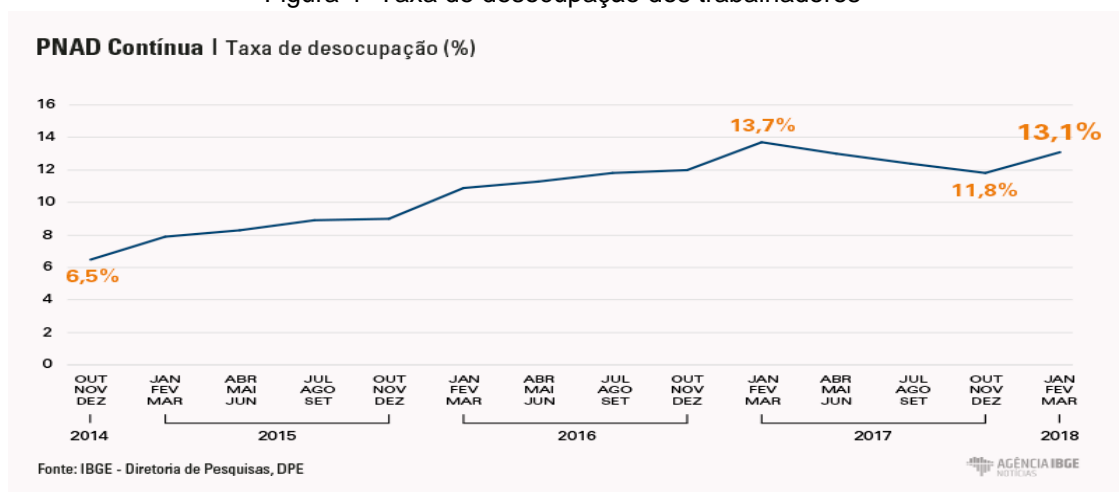
Conforme Carlos (2019, p. 56):

O A presença feminina no mundo do trabalho nos permite analisar que, a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, detendo singularidades na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto através da contradição entre indivíduo e classe social, quanto na relação entre classe e gênero, tornando-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe trabalhadora é tanto masculina quanto feminina. E, 60 portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada.

No primeiro trimestre de 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo IBGE, demonstra que o desemprego estrutural apresentou o maior índice desde 2012 no Brasil, chegando em 2018 a 13,10% da população brasileira, um contingente de 27,7 milhões de pessoas. Comparando com o primeiro trimestre de 2014, período que antecede a crise econômica, o número de desempregados cresceu 94,2%, o que significa que há 6,6 milhões de pessoas a mais procurando emprego no país. Do total de desempregados, 3 milhões de pessoas estão em busca de recolocação há mais de dois anos. (IBGE, 2018).

A mesma pesquisa demonstra que a taxa de desocupação (Figura 1) até março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%). O total de pessoas desocupadas também cresceu no período, passando de 12,3 milhões para 13,7 milhões.

Figura 4- Taxa de desocupação dos trabalhadores

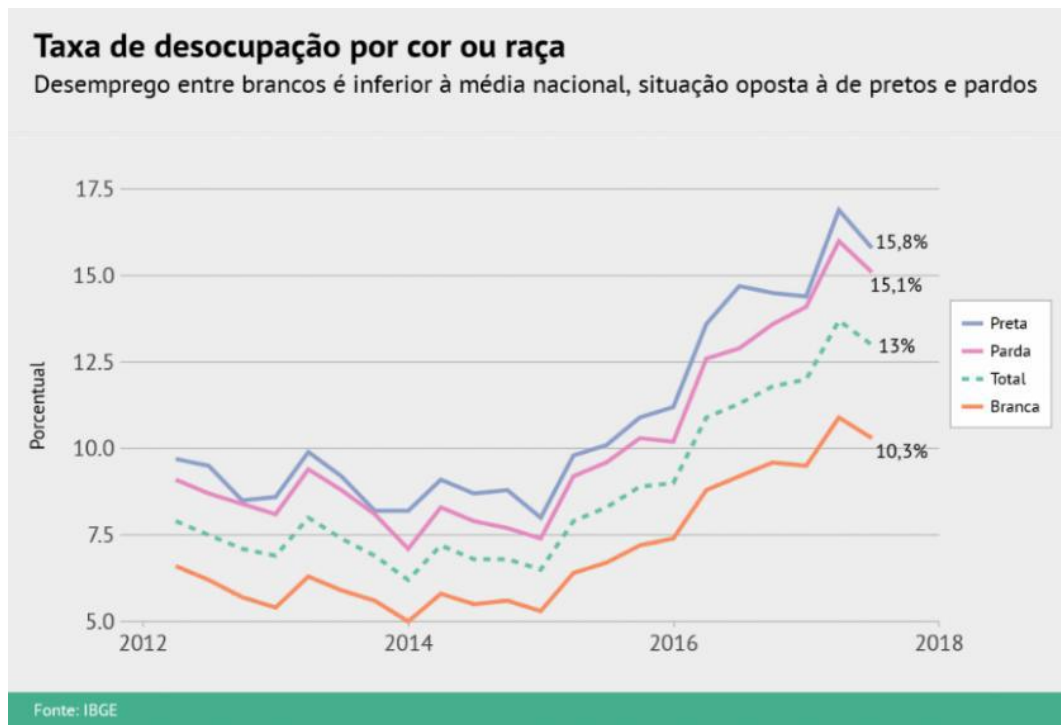


Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE

O confronto entre esses dois trimestres ainda revelou redução de 408 mil pessoas (- 1,2%) no total de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada. O elevado índice de trabalhadores excluídos do mercado formal nos permite analisar as limitações de acesso à proteção social aos trabalhadores por meio da previdência social.

Segundo o IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2017 aponta que a população negra e parda é a mais atingida pelo desemprego estrutural, atingindo índices superiores à média nacional, como mostra o gráfico (Figura 2) que segue.

Figura 5- Taxa de desocupação por cor ou raça



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE

Com base ainda na mesma pesquisa, os trabalhadores negros e pardos detêm um rendimento mensal inferior aos trabalhadores brancos. De acordo com os índices de rendimento médio real por cor ou raça, os trabalhadores brancos recebem uma média mensal de R\$ 2736,00, em contrapartida, os trabalhadores pardos recebem uma média de R\$1537,00 e os negros R\$1529,00. (IBGE, 2018).

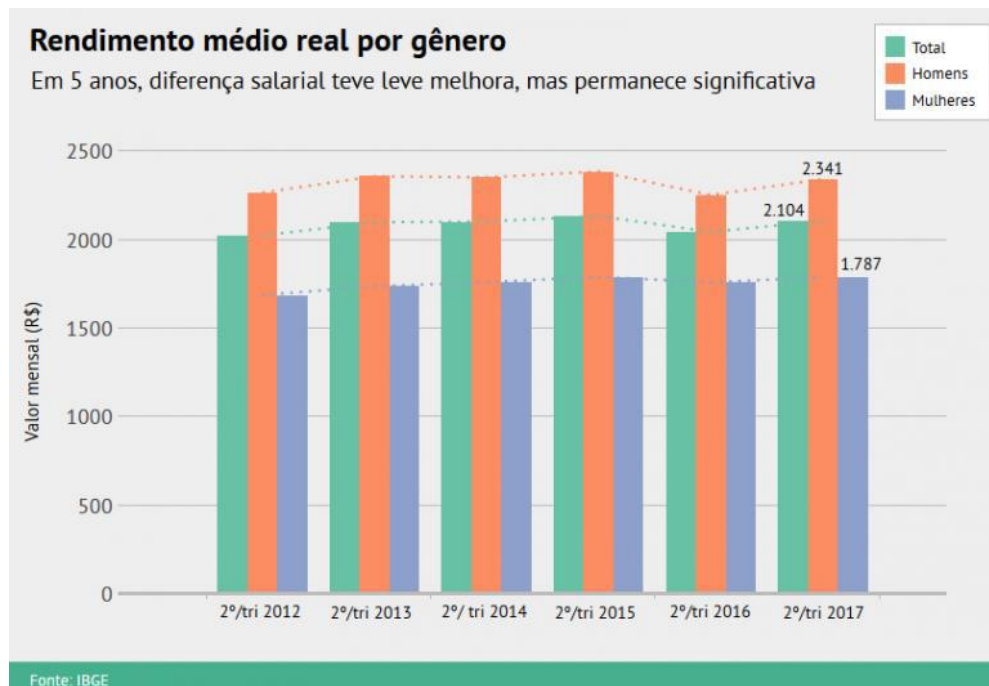
Os elevados índices de desocupação e os baixos índices de média salarial evidenciam o racismo estrutural que atinge o mercado de trabalho, condicionando o trabalhador negro em uma condição de exploração e precarização superior ao

trabalhador branco. Mesmo com o fim da escravidão, as limitações de inserção dos negros na sociedade apresentam-se evidentes. A lógica de exclusão da população negra encontra-se ativa, condicionando o trabalhador negro a condições de trabalho precárias, de baixa remuneração e limitado acesso ao mercado de trabalho formal. (CARLOS, 2019).

As disparidades de acesso ao trabalho formal e no valor médio salarial também são evidentes ao observar os índices a partir das distinções por sexo. Em 2017, 50,8% dos trabalhadores desocupados são mulheres. (IBGE, 2018).

Nos índices de rendimento médio por sexo, também se observa uma distinção salarial 59 entre homens e mulheres. As mulheres recebem uma média de R\$ 550,00 reais a menos que os homens, encontrando-se inferior à média total de rendimento, como pode ser observado no gráfico (Figura 3) abaixo.

Figura 6 - Rendimento médio real por gênero



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE

Além do trabalho formal, grande parte das mulheres detém uma dupla jornada de trabalho, operando paralelamente em atividades domésticas em seu domicílio e/ou no domicílio de seus familiares. Segundo a taxa de realização de afazeres domésticos do PNAD Contínua, referente ao ano de 2017, 94,5% das mulheres que detém uma ocupação realizam afazeres domésticos em seus domicílios ou domicílios

de parentes em contraposição a 80,6% dos homens ocupados, totalizando uma diferença de 13,9% entre homens e mulheres. No que se refere aos trabalhadores sem ocupação, 89,5% das mulheres realizam afazeres domésticos, em contraponto a 69% dos homens sem ocupação, totalizando uma diferença de 20,5% entre os gêneros.

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite analisar que, a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, detendo singularidades na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto através da contradição entre indivíduo e classe social, quanto na relação entre classe e gênero, tornando-se ainda mais agudas na era contemporânea. (CARLOS, 2019).

Nas atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres do CRAS Leste, “De Mulher para Mulher” foi possível observar que em sua maioria, as mulheres participantes eram negras, chefes de família e desempregadas, confirmando o conceito desenvolvido pela estadunidense Diane Pearce em artigo publicado em 1978. Para ela, a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos.

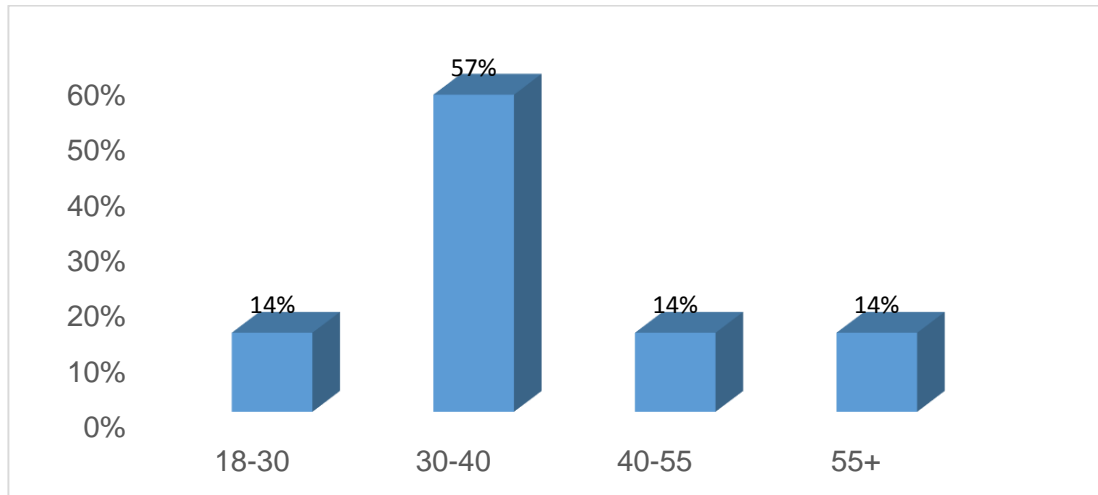
Conforme o decorrer do projeto de intervenção realizado no grupo “De Mulher para Mulher”, foi possível observar um pouco mais da realidade vivenciada pelas participantes, onde elaborou-se atividades complementares de pergunta e resposta a fim de compreender melhor a realidade vivenciadas pelas participantes, como mais um instrumento de trabalho utilizado para monitorar se as ações desenvolvidas pelo projeto de intervenção estavam colaborando para a transformação dessa realidade.

1) Idade:

Em relação a idade dos participantes, constatou-se que 14% das mulheres tinham entre 18 e 30 anos, seguido pelo maior número de integrantes, 57% com idade

entre 30 e 40 anos, 14% entre 40 e 50 anos, e 14% com 55 anos ou mais. Sendo possível observar que a maioria das participantes se encontra em idade economicamente ativa.

Figura 7 – Idade dos participantes

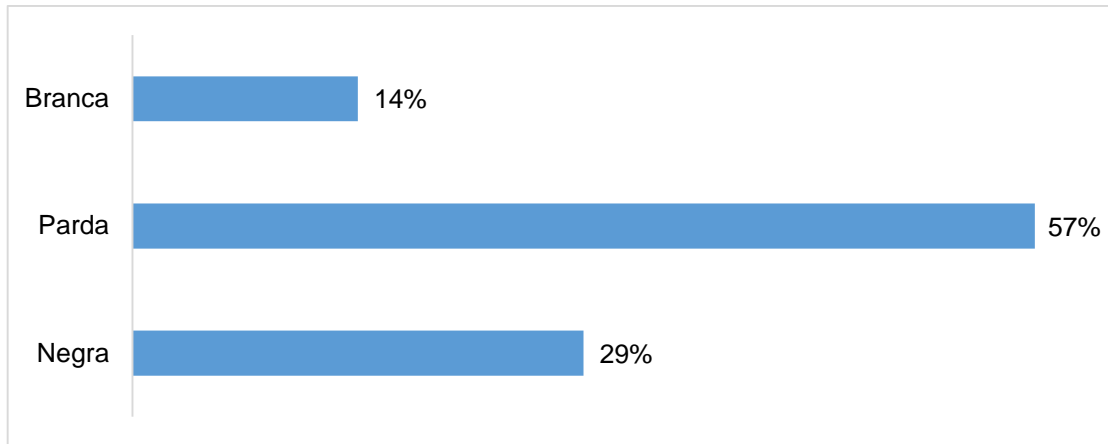


Fonte: produção da acadêmica

2) Etnia:

Em relação a etnia das mulheres participantes, ao longo do trabalho desenvolvido tínhamos a concepção de que a maioria era negra, porém em atividade autodeclaratória referente a etnia apenas 29% das mulheres se autodeclaram negras, 14% se considera branco e a maioria 57% se considera de cor parda.

Figura 8 – Etnia

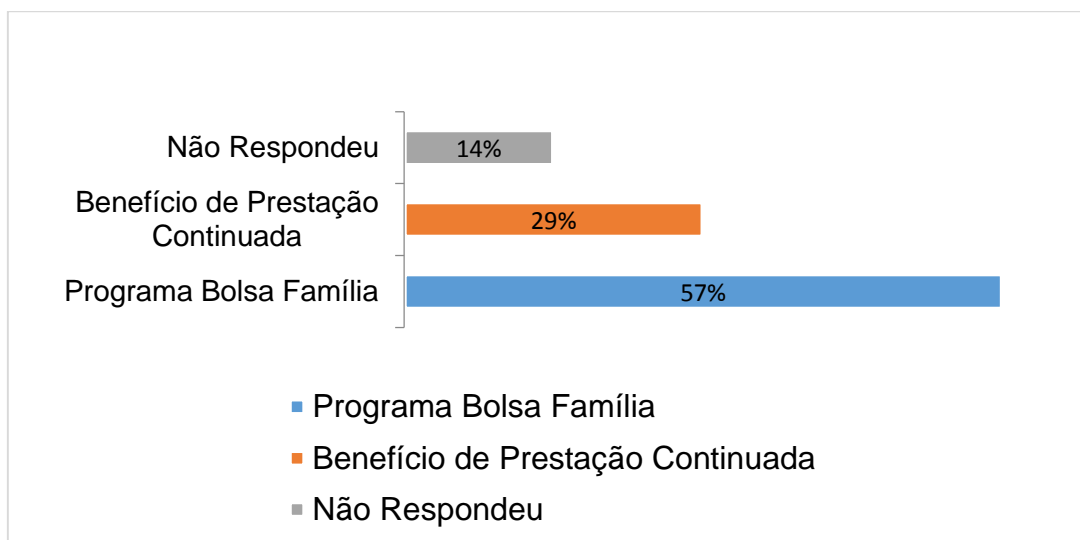


Fonte: produção da acadêmica

6) Participa de Programas Sociais de Transferência de Renda?

Em relação aos programas sociais de transferência de renda, com o desenvolver das atividades e os relatos de vida trazidos pelas participantes foi possível observar a importância dos benefícios para o complemento da renda, sendo muitas vezes o que torna possível a compra de alimentos e sustento da família. Entre as mulheres participantes do projeto de intervenção, a maior parte 57% relata ser beneficiária do Programa Bolsa Família, 29% são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e apenas 14% não sabiam informar ou não fazem parte de nenhum projeto social de transferência de renda.

Figura 9 – Quantidade



Fonte: produção da acadêmica

Ainda que a heterogeneidade seja evidente na classe trabalhadora, a figura da mulher encontra-se em uma condição ainda mais agravante de exploração, detendo uma carga de trabalho superior, devido à dupla jornada de trabalho e ao salário inferior ao homem. A mulher negra acaba sendo subjugada a uma condição ainda maior de exploração, sofrendo duplamente as supressões impostas pelo mercado de trabalho.

“[...] quando sozinha, a mulher fica com os benefícios “derivados”, de “segunda classe”, os da assistência social, tendo menores possibilidades de obter atenção dentro da política social vigente.” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 22).

A reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017, intensifica ainda mais esse processo de precarização do trabalho, limitando a responsabilidade do Estado sobre a garantia dos direitos trabalhistas, condicionando o trabalhador a uma relação direta com o empregador, legitimando a terceirização e limitando os trabalhadores do acesso aos direitos trabalhistas. Neste cenário de desproteção, o trabalho informal ganha espaço, consolidando-se como um meio de acesso a renda. Em contrapartida, a desproteção estatal junto à informalidade restringe o trabalhador, condicionando-o a um cenário de privação.

5 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS LESTE

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leste, por ser uma instituição pública, responsável pelos serviços socioassistenciais do SUAS, deve localizar-se nas áreas vulneráveis, com riscos sociais, compondo assim o plano Municipal de Assistência Social no município de Santa Maria. Destaca-se que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB⁵RH/Suas), instituída pela Resolução CNAS n. 269, de 13 de dezembro de 2006, representa um ganho importante para assistência social e na luta dos seus trabalhadores por condições materiais, técnicas e éticas de trabalho nos órgãos gestores e serviços.

Conforme informações da equipe técnica do CRAS, esta instituição estava localizada em um primeiro momento dentro da Vila Maringá, um local com um alto índice de vulnerabilidade social, sendo administrada por uma prestadora de serviços terceirizados. Entretanto, devido às restrições e a ausência de reparos do espaço físico, a gestão responsável do município de Santa Maria, observou ser necessário mudar o CRAS de local, porém não foi observado que com esta ação, a instituição se distanciaria consideravelmente das áreas com altas vulnerabilidades sociais.

Deste modo, a nova sede foi inaugurada em dezembro de 2016, no bairro Camobi, Rua João Machado Soares, nº 2777. Possuindo horário de funcionamento de segunda-feira à sexta-feira das 08h00min às 16h30min, sem fechar ao meio dia, para que o público que trabalha e tem o horário de almoço disponível também seja assistido.

A equipe técnica conta com uma agente administrativa (secretária), uma funcionária terceirizada para serviços gerais, duas psicólogas, dois assistentes sociais, 3 estagiárias do Serviço Social, e 2 estagiárias da Prefeitura Municipal, responsáveis somente pelo Cadastro Único. Desta maneira, o CRAS – Leste está com a equipe de referência para a prestação de serviços e execução das ações exercidas pela Proteção Social Básica completa, conforme a NOB-RH/SUAS5.

⁵ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

Esta instituição de proteção básica possui uma estrutura física considerável, com total de sete peças, possuindo espaço para a recepção dos usuários, bem como uma secretária, sala para acolhimento, sala para atividades socioeducativas em grupo, sala para atualização e cadastro no CADÚnico, sala para a equipe multiprofissional, cozinha, banheiro para usuários e técnicos (equipe multiprofissional), inclusive possui uma sala que é utilizada somente para estoque das cestas básicas e roupas arrecadadas através de doações.

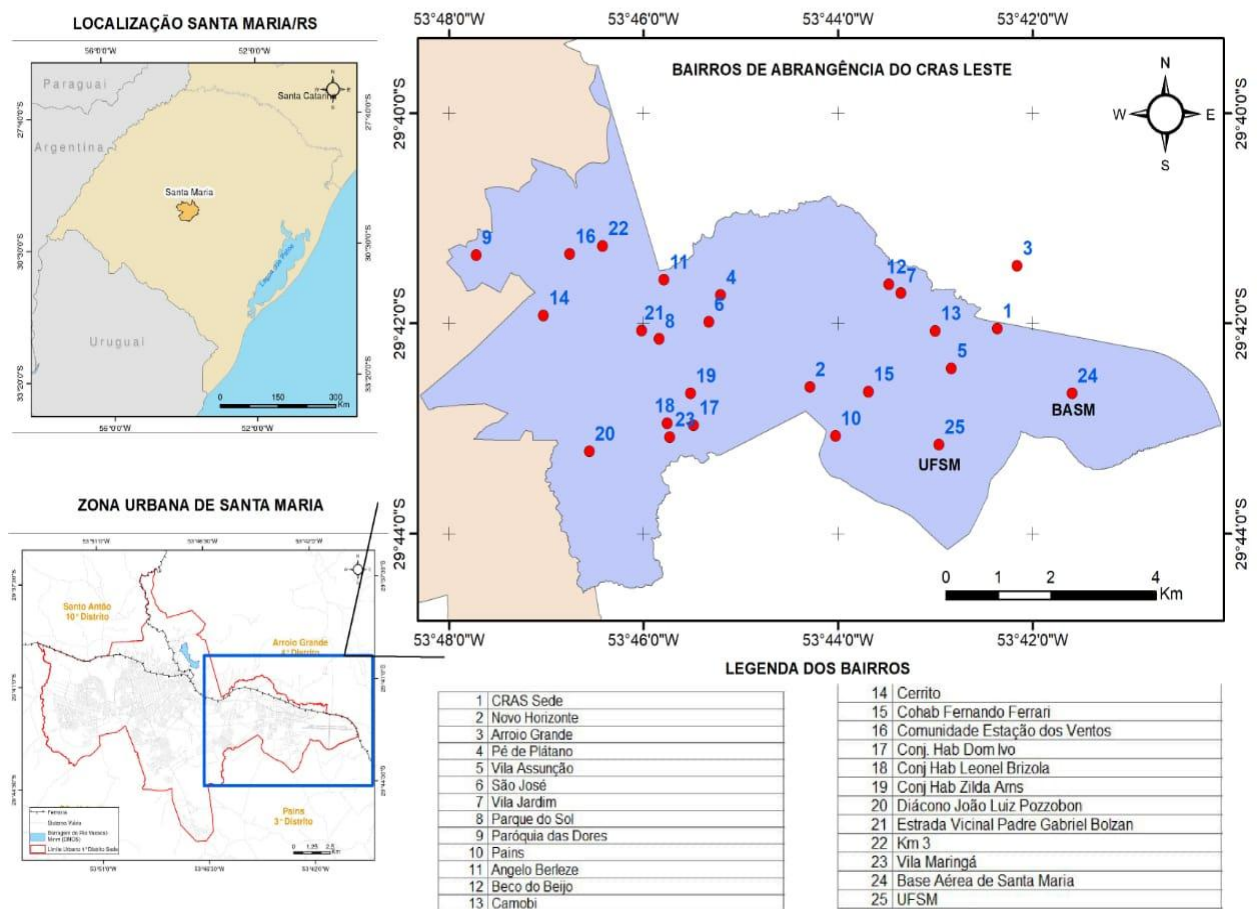
Para a estruturação e efetivação de um CRAS é necessário que o município tenha um plano municipal de assistência social e estabeleça um diagnóstico territorial da realidade do município, para que este receba os recursos necessários para sua rede socioassistencial e possibilite a efetivação do SUAS. O território delimitado a partir dos locais de residência das famílias referenciadas aos equipamentos. Os territórios têm histórias e características diferenciadas.

Por isso, é importante reconhecer potencialidades e vulnerabilidades, bem como situações de risco presentes. O planejamento da(s) área(s) de cobertura do CRAS, pelo gestor municipal, é de extrema importância, ou seja, é preciso delimitar os bairros, as ruas que definam o território de abrangência do CRAS, bem como o número de famílias que ele referencia. Os recursos da assistência social são descentralizados, com uma gestão que advém das três esferas de governo, portanto, segundo este, os recursos financeiros irão de encontro com o porte e as necessidades de cada município, conforme a (PNAS, 2004, p. 32):

De acordo com a diretriz da descentralização e, em consonância com o pressuposto do co-financiamento, essa rede deve contar a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. O financiamento deve ter como base os diagnósticos socioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social [...]

Sobre a abrangência do CRAS – Leste é possível pontuar uma área com quinze comunidades da região leste da cidade de Santa Maria, sendo elas: Cerrito, João Luiz Pozzobom (Km³), Pé de Plátano, São José, Arroio Grande, Pains, Novo Horizonte, Ângelo Berleze, Camobi, Cohabi Fernando Ferrari, Estrada Vicinal Padre Gabriel Bolzan, Parque do Sol, Vila Assunção, Vila Jardim, Beco do Beijo, Base aérea de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Vila Maringá (conjunto habitacional Zilda Aress, Don Ivo, Diácono Luiz Pozzobom e Leonel Brizola), Comunidade Paróquia das Dores e Estação dos Ventos.

Figura 10 - Área de abrangência do CRAS Leste



Fonte: Figura produzida pela autora.

O PAIF6 é um dos principais programas desenvolvidos pelo CRAS, por meio de um espaço de reflexão e estímulo aos usuários, tem por objetivo fortalecer a socialização, bem como uma harmoniosa convivência social e comunitária. Os serviços que devem ser ofertados por um Centro de Referência de Assistência Social são: entrevista familiar; visitas domiciliares; palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para as famílias; ações de capacitação e inserção produtiva; campanhas socioeducativas; encaminhamento e acompanhamento de famílias e seus membros e indivíduos; reuniões e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; atividades lúdicas nos domicílios com famílias em que haja

⁶ Proteção e Atendimento Integral à Família.

criança com deficiência; produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas, tais como vídeos, brinquedos, materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços socioassistenciais; deslocamento da equipe para atendimento de famílias em comunidades quilombolas, indígenas, em calhas de rios e em zonas rurais.

Mediante o exposto, atualmente o CRAS – Leste realiza as seguintes ações: acolhimento aos usuários para orientações e possíveis encaminhamentos; Inscrições no Cadastro Único, bolsa família, tarifa social de água e luz, visitas domiciliares, que são realizadas somente nas quintas-feiras, pois é quando um carro da prefeitura é disponibilizado para a instituição; encaminhamentos junto a Casa de Passagem Pousada Acolher, agendamentos para benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Cadastramento no Programa “Minha Casa, Minha Vida” junto a secretaria de Habitação, informações e encaminhamentos para confecção e/ou segunda via de documentos, encaminhamentos ao Conselho Tutelar, relatório social e parecer social (quando requisitado pelo poder judiciário).

Quando necessário, são realizados encaminhamentos para o Centro de Referência especializada em Assistência Social - CREAS, que possui o papel de atender sujeitos que já estão com seus direitos violados e em situação de risco, encaminhamentos para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e ao sistema de saúde da região como Unidades Básicas de saúde (UBS).

Devido à inserção de estagiários na instituição, iniciou-se em 2018, um grupo voltado para jovens de 15 a 18 anos, com a temática de inserção no mundo do trabalho, bem como o grupo denominado “De Mulher para Mulher”, que é realizado na escola Maria de Lourdes, no loteamento Leonel Brizola. Neste mesmo local também são realizadas oficinas que contam com oficinairos terceirizados pelo município, que não possuem contato com o CRAS – Leste. Tais ações mencionadas promovem a proteção de situações de risco e visam o fortalecimento dos vínculos familiares. De acordo com o que está proposto pela (PNAS, 2004, p. 36).

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho [...]

Através das ações desenvolvidas, o CRAS Leste tem por objetivo “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. É um serviço de caráter preventivo, protetivo e proativo” (BRASIL, 2004).

5.1 ESTÁGIO REALIZADO NO CRAS

O estágio foi realizado no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019 no CRAS Leste, onde, através de visitas domiciliares, atendimentos aos usuários e demais atividades realizadas nas áreas de abrangência do CRAS, foi possível observar uma grande vulnerabilidade social e econômica se manifestando através das refrações da questão social, como pobreza, não acesso aos direitos, violência e desemprego.

Nos últimos 25 anos, o mundo registrou progressos importantes no desenvolvimento humano. Os ganhos, porém, não têm sido universais. Mulheres, grupos étnicos e raciais, populações rurais e cidadãos de alguns países não têm conseguido se beneficiar desses avanços.

O estágio I de observação foi a parte inicial de inserção no campo de estágio, onde se tornou possível maior familiarização com a política de assistência direcionada aos trabalhadores, técnicos e estagiários e principalmente usuários do CRAS, permitindo perceber a sistematização do trabalho em grupo multidisciplinar. A importância de uma organização de trabalho, bem como, a importância da comunicação entre a Rede Socioassistencial da cidade de Santa Maria, em especial a Região Leste, local de realização do estágio. Através da apropriação dos instrumentais do Serviço Social e das visitas domiciliares, pode-se observar uma grande vulnerabilidade social se manifestando através das refrações da questão social, como pobreza, não acesso aos direitos, violência e desemprego.

Além da política de assistência social, um olhar sobre o território é fundamental para realizar uma análise sobre o espaço sócio ocupacional: CRAS Leste. O território é compreendido atualmente como base de estruturação da política de assistência social. Destaca-se também que as especificidades do local, onde o CRAS está

inserido e o território de abrangência dos serviços prestados incide diretamente nas demandas e conseqüentemente no processo de trabalho do assistente social.

É importante ressaltar que a (re)produção e a acumulação capitalista não tem como prescindir tanto da dimensão temporal, quanto da dimensão espacial (PEREIRA, 2016, p.191). Nisso, o território é muito mais do que um espaço geográfico e deve ser compreendido como político, econômico e cultural considerando que os espaços urbanos são constituídos como espaços de poder.

A segregação sócio-espacial é uma das caracterizações dos territórios onde a maioria dos CRAS estão inseridos, caracterizados pelos altos índices de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. Esta segregação decorre do afastamento de parcela da sociedade do “direito à cidade” e do acesso a moradia. Trata-se de uma consequência da apropriação do capital do espaço urbano, da desigualdade de renda, da discriminação racial, da especulação imobiliária e da valorização do solo urbano.

Santa Maria é uma cidade predominantemente urbana, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 possui 261.031 habitantes, sendo 95,14% das pessoas residentes em área urbana e 4,86% em área rural. Um município que possui índice expressivo de população em extrema pobreza, cerca de 4.614 pessoas possuem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, também revelou que 45,6% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos, registrando a situação vivenciada pelas crianças e adolescentes.

Assim como a maioria das cidades brasileiras, Santa Maria, possui bairros e territórios que concentram a pobreza urbana, marcados pela precariedade das condições de vida, dificuldade de acesso aos serviços públicos, falta de infraestrutura e saneamento básico. Esta é uma realidade que integra a Zona Leste da cidade, território de abrangência do CRAS Leste.

5.2 SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO REALIZADO NO CRAS LESTE

No decorrer do contato com as mulheres do conjunto habitacional Leonel Brizola pertencente à área do CRAS Leste, foi possível perceber, através das demandas trazidas pelas moradoras, a necessidade de um projeto de intervenção que

desenvolvesse o empoderamento e a autonomia das mulheres, destacando questões importantes como machismo, violência e relações abusivas, reforçando seus saberes já adquiridos e agregando conhecimento sobre diversas áreas de interesses trazidos por elas.

Dentre tais interesses, se destacam informes sobre seus direitos, noções básicas de primeiros socorros, palestras de informações sobre drogadição, *bulling*, sexualidade, economia doméstica, prevenção ao suicídio e formas de acesso ao lazer e cultura, bem como momentos de beleza e cuidado pessoal, na busca da construção de uma autoimagem mais positiva e saudável.

Através das reflexões surgidas destas informações, da construção da análise institucional do CRAS Leste e do contato mais estreito com as mulheres residentes na Vila Maringá, da qual inclui o residencial Leonel Brizola em Santa Maria – RS, foi possível o mapeamento de mulheres chefes de família, com acesso somente à renda beneficiada pelo Programa Bolsa Família, apresentando também uma autoimagem bastante depreciativa pela própria falta de conhecimento sobre seus direitos e possibilidades.

Como reforça PEARCE (1978), enquanto as mulheres, bem como seus empregadores avaliam seu trabalho como temporário/secundário, por outro lado, suas casas e suas famílias observam como seu compromisso principal, deste modo, elas terão menor probabilidade de se engajar em atividades que representem gastos (com pagamento de benefícios ou treinamento) para seu empregador. Portanto, segundo a autora, na perspectiva do empregador, a responsabilidade com o cuidado dos filhos, que muitas vezes, as leva a abandonar temporariamente a força de trabalho, pode ser interpretada como menor compromisso com o trabalho e a carreira.

Em vista disso, estas mulheres não estão acessando o direito ao trabalho, além de que não estão sendo realizadas ações de inclusão produtiva⁷ que possibilitem a geração de trabalho e renda. De mesmo modo que se constatou a ausência da oferta destas ações por parte dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Leste.

⁷ [...] consiste em ações governamentais que, com apoio da sociedade civil, objetivam construir alternativas às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, com foco nas configurações atuais do mercado de trabalho. Eis seu mérito e seu dilema: mérito por estar articulada à atualidade, buscando respostas às principais problemáticas de seu tempo, e dilema, por buscar enfrentar uma realidade que tem bases solidificadas e que supera seu âmbito de ação. (ALBUQUERQUE, 2009, p.19).

Ressaltando-se que se observou também que estas mulheres, chefes de família, em sua maioria, não possuem mais o companheiro na composição familiar, e que estes, não contribuem com a pensão alimentícia. Fato este que comprova o mencionado anteriormente, de que as mulheres chefes de família são as únicas provedoras de renda para seus filhos.

Por outro lado, quando ainda possuem os companheiros presentes, os homens, em sua maioria, possuem dependência química. Esta realidade pode ser inferida ao fator de que o sistema capitalista gera inúmeras desigualdades socioeconômicas, que tornam estes sujeitos vulneráveis a estas dependências, pois estas seriam uma forma de fugir da realidade da qual estão inseridos

Em vista disso, estas mulheres não estão acessando o direito ao trabalho, isto é, as ações produtivas que possibilitem a geração de trabalho e renda, tornando ainda mais degradante sua situação econômica como provedoras da família. Além disso, sua auto percepção como incapaz de realizar suas obrigações, disponibilidade de tempo e recursos para desenvolver atividades de lazer, educação e construção de sua emancipação como um todo.

Foi analisado ainda, que a percepção de mundo e de realidade destas mulheres está diretamente relacionada com a rotina e as possibilidades oferecidas no residencial, e que a maioria apresenta dificuldades de locomoção devido ao afastamento do território. Para além desses limites, visto que existe um custo na passagem de ônibus, da qual nem todas possuem condições de adquirir, existe também a dificuldade, devido ao fato da necessidade de cuidar dos filhos menores, que ainda não estão em idade escolar e, portanto, dispõem apenas do núcleo familiar e comunitário para seus cuidados em tempo integral.

Cabe ressaltar ainda, que a violência contra a mulher, relatada em muitos dos lares visitados, é um fenômeno histórico, fruto das relações de desigualdade de gênero, as quais, conjuntamente com as desigualdades de classe, raça e sexualidade, estão imbricadas aos interesses do modo de produção capitalista. (COSTA et al., 2005).

Não é possível analisar as relações de gênero sem compreendê-las em seu contexto histórico, econômico e social. Quando analisadas na ordem patriarcal, é preciso percebê-las dentro e a partir das desigualdades de classe, raça e sexualidade, sem hierarquizá-las, já que estas são também eixos estruturantes da sociedade e encontram-se amarradas umas às outras. (AZEVEDO, 1985).

Falar de violência de gênero implica o entendimento de que homens e mulheres têm uma participação não igualitária em função de sua condição sexual e fazem parte de um universo que legitima esta desigualdade, acarretando um padrão de relações sexuais hierárquico, também denominado de relações sexuais de gênero. (AZEVEDO, 1985). Posto isso, é necessário ressaltar a necessidade de projetos e ações inclusivas que atendam às necessidades trazidas pelas próprias moradoras, para que assim se possibilite trabalhar na construção do conhecimento e da promoção da emancipação da mulher periférica, através do desenvolvimento de atividades culturais e inclusivas, que expandam sua concepção de mundo e sociedade e torne possível o empoderamento e a autonomia de cada mulher participante.

Pelos motivos apresentados, justifica-se a necessidade de intervenção do Serviço Social neste residencial, através de um projeto que promova ações de inclusão, visando dar voz às mulheres secularmente silenciadas pelo gênero e condição social, a fim de que tenham maior oportunidade de inclusão, acesso aos direitos e uma percepção mais autônoma e livre do espaço que ocupam e dos seus desejos e necessidades para um bem viver.

Tendo em vista a importância da mulher se reconhecer como gestora das suas próprias escolhas, ressaltou-se a necessidade de mobilização das mulheres, no sentido de fortalecer seus saberes já adquiridos, agregando conhecimento sobre seus direitos, informes sobre primeiros socorros, palestras de informações sobre drogadição, *bulling*, sexualidade, prevenção ao suicídio e doenças mentais e formas de acesso a lazer e cultura, bem como momentos de beleza e cuidado pessoal na busca da construção de uma autoimagem mais positiva e saudável.

A forma de realização desta ação se deu através da articulação de um grupo de mulheres locais, que como reforça Lewin (1978), um grupo é mais do que a soma de seus membros: consiste numa totalidade dinâmica que não resulta apenas da soma de seus integrantes. Possui estrutura própria, objetivos e relações com outros grupos. A essência de um grupo não é a semelhança ou a diferença entre seus membros, mas sua interdependência.

Lewin caracteriza um grupo como sendo um todo dinâmico, o que significa que uma mudança no estado de uma das suas partes provoca mudança em todas as outras. Nesse sentido, as tentativas com vistas à realização dos objetivos grupais criam no grupo um processo de interação entre as pessoas, que se influenciam reciprocamente e pode haver a produção de novos significados e metas.

A proposta foi, em todos os momentos, contribuir para o empoderamento das mulheres, quer como usuárias das oficinas e atividades do grupo, como moradoras do conjunto habitacional Leonel Brizola. Empoderamento usado no contexto do feminismo, como contribuição para que a mudança nas relações de poder entre homens e mulheres venha acompanhada de transformações na linguagem, refletindo novas construções e imaginários sociais. (LEON, 2000).

O grupo em seu exercício cotidiano acaba fortalecendo os laços já existentes entre algumas das mulheres da região, e facilita a aproximação de novas mulheres que tenham o interesse em participar e trocar experiências comuns e úteis do dia-a-dia, para que se sintam integradas e ativas nos seus meios de convivência, fortalecendo o empoderamento feminino em prol de uma sociedade menos machista e discriminatória.

Os encontros foram construídos de acordo com as sugestões apresentadas pelas usuárias, dentro de um processo coletivo de participação. Participaram desta construção, quinze (15) palestrantes convidados, que atuaram de maneira voluntária, com o intuito de desmistificar e trazer conhecimento sobre os mais variados temas. A cada encontro as mulheres participantes tiveram a possibilidade de sugerir atividades, bem como tirar suas dúvidas sobre os temas apresentados. Foi construída também, uma caixinha para sugestões e dúvidas que ficou à disposição para quem não queria se expor ao falar em público. Assim, foram registradas todas as sugestões e após, realizado o levantamento dos principais temas sugeridos pelas usuárias.

A forma de intervenção se deu a partir da organização de um grupo de mulheres com atividades socioeducativas, tendo como nome fantasia “Grupo de Mulheres: “De Mulher para Mulher”.

Cronograma de atividades realizadas no projeto de intervenção:

Horário: 14 horas

Local: Escola Maria de Lourdes Castro

Bairro: Loteamento Habitacional Leonel Brizola



Data	Atividade
02 de abril	Apresentação das ações que serão realizadas ao decorrer dos encontros.
09 de abril	Noções básicas de direitos e informações sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA.
16 de abril	Exibição de filme e roda de conversa.
23 de abril	Palestras sobre cursos profissionalizantes.
30 de abril	Palestra com o Corpo de Bombeiros de Santa Maria.
07 de maio	Oficina de produção de amaciante.
14 de maio	Ateliê de artesanato.
21 de maio	Oficina de produção de sabão.
28 de maio	Economia doméstica: noções de economia e distribuição de recursos.
04 de junho	Palestra sobre <u>Bullying</u> e sexualidade
11 de junho	Palestra sobre <u>drogadição</u> e redução de danos.
18 de junho	Oficina de confecções de currículos e informes sobre o mundo do Trabalho.
25 de junho	Oficina de elaboração de sabonete.
02 de julho	Atividades de encerramento do semestre.

Os encontros do grupo foram realizados na Escola Maria Lourdes de Castro, localizada no Loteamento Leonel Brizola - Vila Maringá, Santa Maria - RS, e também na Sede da Associação Comunitária da Vila Maringá, localizada próxima a escola e

as residências das participantes dos encontros. Um dia antes da data prevista para a realização dos encontros, foram feitas ligações para as mulheres da região e realizado o convite a participarem. Foram confeccionados também, convites impressos, que foram entregues nas visitas domiciliares realizadas na localidade, e também distribuídos em todas as turmas da escola Maria de Lourdes Castro.

Os encontros foram construídos de acordo com as sugestões apresentadas pelas usuárias, dentro de um processo coletivo de participação. A cada encontro, também foi realizado um prontuário com as novas participantes para conhecer o perfil das mulheres integrantes e suas famílias, através do qual foi possível fazer um levantamento das principais demandas trazidas por cada família e quais seriam os encaminhamentos possíveis em cada caso.

Portanto, constatada esta informação, foi realizada uma revisão bibliográfica em leis e teorias que abordassem estas demandas para os mesmos serem elucidados e encaminhados para os devidos órgãos responsáveis, dentre eles: encaminhamentos ao CRAS Leste, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Inscrições no Cadastro Único, bolsa família, tarifa social de água e luz, visitas domiciliares, Secretaria de Saúde e de Assistência, Defesa Civil, Delegacia de Polícia, Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Casa de Passagem Pousada Acolher, agendamentos junto ao INSS, encaminhamentos para CAPS, inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), informações e encaminhamentos para confecção e solicitação de segunda via de documentos, confecção de currículos, e encaminhamentos para Secretaria de Habitação do município de Santa Maria.

No primeiro grupo participaram 17 usuárias e três (03) profissionais, além da equipe multiprofissional do CRAS Leste e a estagiária do Serviço Social que conduziu os encontros. Foi muito proveitosa a realização desse grupo, a dinâmica surtiu efeito, algumas usuárias participaram com perguntas e relatos pessoais, e as principais dúvidas que surgiram foram sobre direitos trabalhistas e previdenciários, esclarecidas quanto o acesso aos mesmos. Nesse espaço, tiveram a oportunidade também, de receber outras informações da equipe multiprofissional que estava presente, como funções e atribuições do CRAS Leste.

Este grupo demonstrou o quanto são diversos os perfis das usuárias do Serviço Social e como as intervenções mudam e se relacionam com a realidade de vida dos sujeitos, a exemplo, a prioridade dos grupos seguintes foi mais voltado ao

complemento da renda diante das possibilidades de vida destas usuárias e como o acesso ao ensino superior pode ajudar na busca de vagas de emprego e nas atividades de complementação da renda. Conhecer previamente o perfil dos usuários em que vamos direcionar nossas ações e intervenções se faz importante, pois é através deste conhecimento que se realiza o planejamento das atividades que serão desenvolvidas, como a modificação das ações. Em relação à direção da intervenção profissional, Mito e Lima (2009, p. 33) destacam que:

A intervenção profissional é apreendida em movimento dentro do processo histórico, profundamente condicionada pelas relações entre as classes na sociedade e direcionada tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora.

Assim, diante desta realidade, a dinâmica da intervenção foi se adaptando e direcionando para as dúvidas que naquele momento eram prioridade das usuárias. Em relação aos conhecimentos obtidos com a participação no grupo, as usuárias destacavam ao longo das semanas o quanto o acesso às informações abria possibilidades para transformar suas vidas e a dinâmica estrutural de suas famílias.

No encontro do dia 21 de maio, que marcava a metade do projeto de intervenção, foi realizada uma atividade com as participantes, a fim de avaliarmos as mudanças ocorridas no perfil das famílias ao longo dos encontros, e qual a opinião delas sobre as atividades propostas até então, bem como um espaço aberto para sugestões, dúvidas e possíveis críticas que fossem surgindo.

Após a coleta e reflexão sobre os dados, foi possível identificar com maior precisão o perfil das mulheres integrantes do grupo, e quais as demandas ainda eram necessárias serem atendidas. As oficinas com proposta de atividades com vistas à geração de renda foram repetidas, e as informações sobre educação, construção de currículo e importância da documentação atualizada foram reforçadas semanalmente, bem como foram propostas novas atividades com caráter individual, como escutas sensíveis, visitas domiciliares, e encaminhamentos específicos a cada caso e família.

Ao longo das intervenções, foi crescendo um sentimento de união e comprometimento das usuárias que sugeriram a criação de uma Associação de Mulheres, para que o trabalho pudesse ter continuidade, e para que através dos conhecimentos adquiridos ao longo dos encontros, pudesse ser construído uma forma de complementação de renda, visando uma melhor qualidade de vida e independência financeira de seus maridos.

No dia 11 de junho foi formalizada a construção do Estatuto da Associação Comunitária de Mulheres “De Mulher para Mulher” com regras, objetivos, atribuições e divisão de tarefas construídas em conjunto com as mulheres interessadas em participar. Foram eleitas através de voto, a presidente, vice-presidente, 1 tesoureira e 2 fiscais. Na data em questão, também foi construído um quadro de horas para regulamentar a participação de cada integrante nos lucros e atividades a serem desenvolvidas.

Para a avaliação dos encontros do grupo, foi realizada uma roda de conversa, em que cada uma teve um espaço de reflexão, e após foram convidadas a partilhar com o grupo sobre as mudanças que ocorreram ao longo do semestre e quais seriam os pontos positivos, negativos, bem como, como elas enxergavam a si próprias e o andamento do grupo em seis meses, e quais seriam os próximos passos rumo a consolidação da associação e continuidade do grupo, e quais estratégias seriam possíveis para que a comunidade se integrasse cada vez mais nas atividades propostas, através da participação das mulheres, e da venda dos produtos confeccionados pela associação.

Após a roda de conversa e de avaliações, foi constatado que o alcance do grupo contemplou o que se esperava, mesmo tendo em vista as diversas desistências que ocorreram ao longo do semestre, pelos mais variados motivos, acreditamos que o grupo cresceu e continua crescendo em empoderamento, emancipação e fortalecimento de vínculos entre as participantes, como também entre os serviços ofertados na região como as Unidades Básicas de Saúde, Conselho Tutelar e as escolas.

Em relação à qualidade, através da leitura dos formulários, e a avaliação da roda de conversa, concluímos que a realização dos grupos foi bem aceita pelas usuárias, e que foi possível realizar algumas mudanças significativas nas suas rotinas, nas suas casas e principalmente nas suas visões de mundo e sua inserção nos espaços sociais, devido a oportunidade de acesso a informação que foi proporcionada.

Desta forma, percebe-se que o projeto de intervenção teve uma grande relevância na realidade da comunidade, e que as dinâmicas realizadas contribuíram tanto para o processo de reflexão de (re)pensar as infinitas possibilidades de intervenções do Serviço Social, quanto para a ideia da transformação da realidade de vida dos usuários, e também como proporcionar o acesso à informação das

participantes, pois as dinâmicas realizadas contemplaram a todas em suas individualidades, e desenvolveu maiores pontencialidades para o enfrentamento das desigualdades e dificuldades vivenciadas.

A realização dos grupos proporcionou informações antes desconhecidas pelas usuárias, diversas participantes relataram ao longo dos encontros que obtiveram o conhecimento dos direitos através do grupo. É gratificante saber que o nosso conhecimento adquirido em aula, e através de muita leitura, tenha o poder transformador de vidas, através de informações de acesso à direitos e da construção de vínculos com uma parcela da sociedade que está condicionada a se sentir inferior, por não se sentir capaz de fazer parte das estruturas sociais das quais tem direito.

Através de ações de extensão universitária, é possível uma formação profissional cidadã, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. A universidade, através da extensão, tem influência e de mesmo modo possui importância para comunidade, possibilitando uma troca de valores entre a universidade e o meio. Projetos de extensão universitária como a Incubadora Social da UFSM (IS-UFSM) que desenvolve ações de inclusão produtiva, funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades e territórios.

Foi um grande processo de amadurecimento pessoal e grupal tanto para mim quanto para a maioria das participantes que foram crescendo e se empoderando ao longo dos encontros, através dos conhecimentos adquiridos e das verbas provenientes dos trabalhos em grupo realizados. O projeto não se esgota nestes grupos, pois as demandas sempre existirão, mas a reflexão dele fica para novas etapas que estão se construindo a partir dessa iniciativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem que a prática do estágio proporciona é fator determinante para a formação profissional, pois possibilita ao aluno a aprendizagem de como realizar um atendimento, encaminhamento, inserir em políticas públicas, conhecer a rede de serviços, e o mais importante, possibilita o processo de reflexão crítica das demandas que se apresentam no decorrer das vivências de estágio. A área da assistência social é um campo rico de grande aprendizado, pois abrange as mais diversas expressões da questão social, e o contato com as mais diferentes classes sociais.

Através da vivência de estágio e das reflexões teórico-práticas, foi possível constatar a importância do trabalho em rede, da construção de vínculos, e dos equipamentos públicos, que podem cumprir um papel estratégico no fortalecimento de uma concepção de assistência como política pública e como direito a ser garantido pelo estado. Ao realizar a proteção básica a partir de ações de cunho preventivo, protetivo e pró-ativo, o CRAS ajuda a possibilitar a execuções de que superem o caráter pontual e fracionário histórico da política de assistência social.

A possibilidade de conhecermos a realidade da instituição, suas precariedades, e os desafios de implementação das políticas públicas e da defesa do projeto ético-político da profissão diante de tantas adversidades que são postas no cotidiano do fazer profissional vivenciado no estágio, bem como, as atividades realizadas durante o exercício do estágio curricular obrigatório no CRAS Leste, foram fundamentais não somente para fixação de parte dos conhecimentos obtidos durante a formação acadêmica, mas para o meu próprio crescimento profissional e pessoal.

A Possibilidade de criar uma forma de intervir, ainda que minimamente, nas fragilidades observadas no processo de estágio, pôr em prática o que se planejou, com o intuito de modificar uma parte que seja desta fragilidade se concretiza como uma grande satisfação pessoal ao longo da jornada.

Por fim, é justo salientar que o estágio desenvolvido no CRAS Leste foi uma experiência muito positiva, tendo sido um privilégio desenvolver o projeto de intervenção com todo apoio e incentivo da equipe técnica multiprofissional, e dos

supervisores acadêmicos, e de campo. Deste modo, foi possível concretizar os objetivos pessoais e profissionais que foram inicialmente estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso). São Paulo, v. 14, n.40, p. 111-141, 1999.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; Schuch, Flávio Camargo, 2006. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ÁVILA, Maria Betânia. **O Tempo e o Trabalho das Mulheres**. Pernambuco: Ed. SOS Corpo, 2004.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas - A Violência Denunciada**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1985.

BARROS, R. P. ; MENDONÇA, Rosane S. P. de ; TSUKADA, R. . **Portas de Saída, Inclusão Produtiva e Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/loas-lei-organica-da-assistencia-social.html>>. Acesso em 8/10/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1/economia-solidaria>>. Acesso em 26 ago. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência social**. NOB-RH /SUAS: Anotada e comentada. Brasília, 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: PNAS, 2004.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis** (Impresso), v.13.1, p. 20-28, 2010.

CARLOS. A.C.S. **Estado de Economia Solidária**. Uma análise do PRONIC. 2019, 132 pg. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC RS. Porto Alegre 2019

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. ; SOARES, S. ; SATYRO, N. . **Desafios para a Inclusão produtiva das Famílias Vulneráveis**; Uma Análise Exploratória. In: Jorge Abrahão de Castro; Lucia Modesto. (Org.). Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 315-332.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Redução no orçamento da Assistência Social compromete futuro do Suas**. Assistência Social/Estudos Técnicos Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/3292>> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

COSTA, J. S. M.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2005.

COSTA, Nilson do R.. **A Proteção Social no Brasil: universalismo e focalização**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, p. 907-923, 2009.

FERREIRA, Verônica. **O novo e velho no trabalho das mulheres**. In: SILVA, Carmem; AVILA, Maria B.; FERREIRA (Orgs). Mulher e trabalho. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, p.31-38, 2004.

FLEURY, S. **A Seguridade Social inconclusa**. 2006. Disponível em:<www.fgv.rj.br>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica** São Paulo, Ed, L. 2009.

GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo**: elementos para o debate. Palestra da oficina ABEPSS. Região Sul I, maio: 2002.

HEISE, L. **Violência e gênero: Uma epidemia global**. Cadernos de Saúde Pública, 10:135-146, 1994.

HIRATA, Helena. **Nova divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso . **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil**. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 14, n.1, p. 35-58, 2004.

IAMAMOTO, M.V. "**Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**." Serviço Social, 2010, p. 375.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético políticas. Debate Cress Ceará, Fortaleza, v. 6, p.27, 1997.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**, 2010. Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2010. www.ibge.gov.br/cidade@IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2017-2018**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em 02 set. 2019.

LAVINAS, L. **How social developmentalism reframed social policy in Brazil**. Berlin: International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America; 2016. (Working Paper Series, 94). Tradução 2017

LEON, M., 2000. **Empoderamento: Relaciones de las mujeres con el poder**. *Estudios Feministas*, 8:191-207.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de. **A descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da Política de Assistência Social**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo:Cortez, nº.73, março, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, p.46, 2001.

MIOTO, Regina C. T. e LIMA, Telma C. S. A dimensão técnica-operativa do serviço social em foco: Sistematização de um processo investigativo. **Revista textos e contextos**. V. 8 nº 1. Porto Alegre, 2009.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. C. **Seguridade Social no Brasil: dilemas e desafios**. In: MOROSINI, M. V.; REIS, J. R. F. Sociedade, Estado e direito à saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

MONNERAT, G.; SOUZA, R. G. . **Da Seguridade social à Intersetorialidade: Desafios à integração das políticas sociais brasileiras**. Revista Katálysis (Impresso), v. 61, p. 75-92, 2011

MONTALI, L.. **Implicações das conjunturas de crise e de expansão sobre as famílias e a relação família-trabalho**.. Revista Latinoamericana de Población, v. 20, p. 117-148, 2017.

NOBRE, Miriam. **Mulheres na Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre, veraz, 2003, p.205-211.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.

NUNES, Neusa Maria dos Santos: **Inserção Produtiva e a Assistência Social: Caminhos para a Inclusão?** Dissertação Mestrado PUC/RS 2012.

OLIVEIRA, A. L.. O processo de empoderamento de mulheres nos empreendimentos de economia solidária. 2004.

PAIVA, A. B. ; MESQUITA, A. C. S. ; JACCOUD, L. B. ; PASSOS, Luana . **O novo regime fiscal e suas implicações para política de assistência social no Brasil.** Brasília: Ipea, 2016 (Nota Técnica do Ipea n. 27)

PEARCE, D. **The feminization of poverty: women, work and welfare.** Urban and Social Change Review, p.32, 1978.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 191, 2016.

PNE. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2018.

PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Brasília. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, 2016.

POCHMANN, Márcio (org.). **Atlas da Exclusão Social**, v. 4: a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2004.

Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

REZENDE, Ilma. e FONTENELE, Ludmila. **Serviço social e políticas sociais.** Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.

SANTANA, E. P.; SILVA, J. A. S.; SILVA, V. S. **HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais.** In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (VI Joinpp), 2013, São Luís. O Desenvolvimento da Crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013.

SANTOS, Graciete. **Desenvolvimento humano sustentável e solidário: alternativas de trabalho e renda.** In: COSTA, E. et al. (Orgs.). Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva e gênero. São Paulo: CUT, p.123-128, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007, vol.12, n.6, pp.1429-1439.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, F. V. F. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O Social em Questão**, v. 30, p. 287-298, 2013.

SPOSATI, Aldaiza et. al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVASSI, Ana Paula. **“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.** Politize edição maio 2019.

UCHÔA. Raquel F. Aragão; Faria, Maurício Sarda; MACIEL, Michelle C. R.; SILVA, Karla M. Cordeiro. **Segurança Alimentar e Economia Solidária como estratégias de desenvolvimento no CONSAD/ITAMBÉ PE.** SILVA, Maria Zênia (ORG). Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2012.

VAITSMAN, J.; ANDRADE de G. R. B.; FARIAS, L. O. **Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988.** Ciência & Saúde Coletiva, p. 731-741, 2009.

VASCONCELOS, I. S. **Mulher e Mercado de Trabalho no Brasil:** Notas de uma História em Andamento. Examãpaku (Boa Vista), v. 3, p. 1, 2010.

VERONEZE, R. T.. **A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, p. 345-359, 2017.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Revan, 1998.

YASBECK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social.** Cadernos ABONG, n.19. Outubro de 1997.

YASBEK M. C. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** São Paulo: Perspectiva, 2004; 18(2):104-112.

APÊNDICE A - PARTICIPANTES DO GRUPO “DE MULHER PARA MULHER”

